



AÇORES

**P'rá frente
é que é caminho!**



**PROGRAMA
ELEITORAL
2020 -2024**

psacores.pt

 @psacores

 @ps_acores

P'rá frente ★★★★★★
é que é caminho!



AÇORES

PROGRAMA **ELEITORAL** **2020 -2024**

ÍNDICE

Um novo tempo. Uma nova normalidade. Novos Açores | pág. 4

Aprofundar e Reformar a Autonomia | pág. 5

Açores 2030 – a década da inovação e transformação dos Açores | pág. 10

Prioridades para a legislatura 2020-2024 | pág. 12

Relançar social e economicamente os Açores | pág. 14

Construir uns Açores mais resilientes, mais coesos e sustentáveis | pág. 17

I - Investir na educação, na juventude e na capacitação das pessoas | pág. 18

II - Fortalecer o Serviço Regional de Saúde | pág. 31

III - Promover uma sociedade inclusiva, justa, solidária e participativa | pág. 41

IV - Transformar a economia dos Açores | pág. 49

V – Apostar na inovação, investigação e desenvolvimento | pág. 61

VI - Incentivar a transição ecológica | pág. 68

VII - Melhorar as acessibilidades e a coesão territorial | pág. 76

VIII - Modernizar a Administração Pública | pág. 82

IX - Vencer o Desafio da Demografia | pág. 88

UM NOVO TEMPO UMA NOVA NORMALIDADE NOVOS AÇORES

Este programa eleitoral do Partido Socialista concentra as principais políticas a implementar nos próximos quatro anos, inseridas numa visão mais alargada para a década. Apresenta não uma visão setorial das medidas, como é habitual, mas antes multisetorial, evidenciando uma indispensável interligação de políticas para a prossecução dos objetivos comuns. Os planos anuais de investimento concretizarão todo um conjunto de medidas mais operacionais para cada um dos setores.

As medidas propostas, enquadradas em eixos estratégicos, contarão com a envolvimento e/ou participação dos agentes de cada setor e respetivos parceiros sociais.

O processo de conceção do programa eleitoral do Partido Socialista foi aberto à sociedade, contando com os contributos do Movimento Todos Contam! Açores Primeiro!, da Juventude Socialista, e de outras entidades e indivíduos que se juntaram espontaneamente, contribuindo para a reflexão sobre o futuro dos Açores.

Uma reflexão condicionada pelos tempos que vivemos e pelos seus efeitos, que determinam a orientação das políticas para um objetivo comum: transformar os Açores numa região mais resiliente, mais coesa e mais sustentável.

É este o caminho! E é por isso que “P'rá frente é que é caminho!”

APROFUNDAR E REFORMAR A AUTONOMIA

- Rever a Constituição, reforçar as competências autonómicas e aperfeiçoar o sistema de Governo Regional;
- Aperfeiçoar a Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ao nível do reforço dos poderes de escolha dos cidadãos eleitores e da facilitação da capacidade de votar e de ser eleito;
- Criar mecanismos indutores da facilitação da participação dos cidadãos, através da regulamentação da iniciativa legislativa popular e da melhor articulação dos Órgãos Regionais, de Ilha e do Poder Local;
- Criação do Tribunal da Relação dos Açores e de um Círculo Açores para o Parlamento Europeu;
- Implementação de um Conselho Coordenador entre os Governos da República e dos Açores, no sentido de aperfeiçoar e agilizar o exercício das competências da República nos Açores, com eventuais parcerias e delegações de competências;
- Dar resposta aos desafios de clarificação e reforço das competências Autonómicas lançados pela Pandemia COVID-19, designadamente ao nível da Saúde e da Proteção Civil.
- Promover o acesso normalizado e regular dos cidadãos, por iniciativa da administração, a informação relativa ao custo do serviço público a que recorre ou beneficia (E-custo);
- Instituir a obrigatoriedade de ser disponibilizado, de modo permanente, informação sobre os custos das diversas obras públicas, incluindo as eventuais componentes de orçamentos da Região, do Estado e da União Europeia, através de plataforma eletrónica e de adequada sinalética nos respetivos locais;
- Criação do Conselho Regional das Finanças Públicas, com funções consultivas sobre o cumprimento dos objetivos definidos e a sustentabilidade das finanças públicas regionais e locais, incluindo setor público empresarial;
- Prever, no âmbito das visitas estatutárias, a possibilidade de participação online dos cidadãos com o Governo Regional, por plataforma vídeo/áudio de Internet, no período em que os membros do Governo estão em atendimento presencial à população;

- **Criar uma comissão, no âmbito da prevenção de riscos de corrupção, com competência ao nível do acompanhamento da implementação, a nível regional, de medidas e legislação aplicáveis, elaboração de propostas e recomendações a entidades públicas e privadas e desenvolvimento de campanhas de prevenção e esclarecimento, bem como receber denúncias, encaminhando-as às entidades competentes para a sua averiguação e investigação;**
- **Criação de plataformas online de participação eletrónica na política, especialmente direcionadas para os mais jovens, para manifestação de opiniões, lançamento de ideias e debate, incluindo a ligação com deputados e outros responsáveis políticos;**
- **Aprofundamento dos orçamentos participativos regionais, reforçando-se os valores de investimento afetos às ideias e às votações dos cidadãos e alargando-se as matérias abrangidas;**
- **Implementação da plataforma online de acesso e interação com deputados à ALRAA, como forma inovadora de participação eletrónica na política, seja ao nível da manifestação de opiniões, lançamento de ideias e debate;**

O Partido Socialista é consabidamente um partido descentralizador e autonomista, que sempre teve um papel decisivo e proponente na fundação, reforço e aperfeiçoamento da Autonomia Democrática dos Açores. Para tanto, basta recordar que a aprovação, bem como todas as revisões Constitucionais e do Estatuto Político - Administrativo da RAA contaram sempre com o impulso decisivo e proponente do Partido Socialista.

O debate autonómico, que se quer vivo, dinâmico e participado, tem merecido regular e aprofundada presença, desde logo nos órgãos máximos do PS/Açores, constando aliás, de forma proponente e inovadora, das suas Moções Globais de Estratégia.

Foi também o PS/Açores o principal dinamizador da necessidade duma reforma Autonómica, já iniciada e que urge concluir a nível institucional, e cujas propostas concretas, quer ao nível dos princípios enformadores, quer da sua regulamentação normativa, é pública e conhecida.

Há assim um processo, iniciado e participado, que urge concluir, dando igualmente resposta cabal aos novos desafios que, também ao nível jus-competencial, a situação pandémica veio colocar, designadamente ao nível das Leis reguladoras do estado de sítio e do estado de emergência, bem como dos concretos poderes das Autoridades de Saúde Pública e da Proteção Civil nos territórios das Autonomias.

Rever a Constituição

A extinção do cargo de Representante da República, a clarificação das competências legislativas regionais, o aprofundamento da vertente parlamentar do nosso sistema de governo, a clarificação do uso dos símbolos nacionais e regionais na RAA, a regulamentação do direito dominial regional e o reforço das nossas competências, designadamente ao nível do domínio público marítimo; a ampliação das medidas de concertação executiva com os órgãos nacionais e da UE, designadamente ao nível do exercício das nossas competências e o incremento da nossa participação em matéria de relações externas – são assuntos que merecem já um largo consenso na sociedade açoriana e que demandam adequada concretização.

Aperfeiçoar a lei eleitoral para a ALRAA

Urge aprofundar a facilitação do exercício do direito de voto por parte dos cidadãos, designadamente com a consagração, numa primeira fase a título experimental, do voto eletrónico, bem como o reforço da participação, de candidatura e de influência dos cidadãos, através, nomeadamente, da consagração do sistema de voto preferencial de listas abertas, bem como o reforço do princípio da paridade de género das listas candidatas.

Incentivar a participação dos cidadãos nas tomadas de decisão

A regulamentação da iniciativa legislativa popular e a melhor articulação entre os diversos níveis de poder (regional, de ilha e local), com reforço efetivo da influência cidadã nas decisões de proximidade são propósitos a prosseguir.

Criação do Tribunal da Relação dos Açores e dum círculo dos Açores nas eleições para o parlamento europeu

A criação do Tribunal da Relação dos Açores, para além de pretender agilizar o acesso útil à Justiça Cível entre nós, repõe igualmente uma conquista de âmbito institucional que já detivemos.

A criação dum círculo dos Açores na Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu será a garantia, contra todas as vicissitudes, duma presença açoriana no único órgão da UE com legitimidade democrática direta.

Criação de um conselho coordenador entre os governos da República e dos Açores

A Autonomia reclama igualmente a prossecução atempada de um conjunto de políticas diferenciadoras nos Açores por parte dos órgãos da República, aumentando-se assim a influência e possibilitando futuras parcerias com os órgãos de Governo Próprio.

Dar enquadramento jus-institucional adequado aos desafios da pandemia COVID-19

As concretas vicissitudes da pandemia revelaram necessidades de aperfeiçoamento e de enquadramento legislativo adequado a um conjunto de realidades normativas, de que destacamos as revisões das leis enquadradoras do estado de sítio e do estado de emergência, da Saúde Pública e da Proteção Civil, sempre em conformidade com os princípios da autonomia, descentralizar e subsidiariedade.

AÇORES 2030 A DÉCADA DA INOVAÇÃO E DA TRANSFORMAÇÃO DOS AÇORES

A conjuntura social, económica e até epidemiológica atual, é uma oportunidade para repensar o futuro dos Açores, no que concerne ao legado que queremos deixar às próximas gerações, à nossa juventude, às transformações que devem ser potenciadas (ao nível digital, científico e tecnológico), ao estímulo à inovação, à transição ecológica, a uma economia circular, mais sustentável e autossuficiente, valorizando os recursos endógenos dos Açores. Uma Região com um desígnio comum: mais qualificada, coesa, solidária e inclusiva.

A emergência na resolução de problemas de curto prazo, perspetiva a necessidade de uma visão a médio e longo prazo, que sustente um caminho mais robusto e resiliente, e que permita o alinhamento com as políticas nacionais e europeias e com os atuais e futuros programas de ação e com instrumentos financeiros da União Europeia para este período.

A conceção e concretização de uma estratégia para a década, decorre de uma visão holística sobre os Açores, numa perspetiva inter e multissetorial e num processo colaborativo, potenciador de resultados mais eficientes e eficazes.

Olhar para 2030 é perceber que os objetivos que se perspetivarem para essa década, como a diminuição da taxa de abandono escolar precoce na educação e formação, ou do desemprego jovem, exigem a implementação de medidas concretas dirigidas aos jovens que hoje têm entre 5 e 14 anos, de forma a alcançar este desiderato daqui a dez anos. Estas medidas terão de passar, necessariamente, pela qualificação dos jovens e pela motivação para uma qualificação constante, numa perspetiva empreendedora do seu futuro.

A transformação digital é uma prioridade, indissociável da qualificação dos recursos humanos, investindo-se na educação e na formação inclusiva e de grande qualidade, de modo a garantir que todos estão preparados para viver e trabalhar na era digital. Apostamos assim na criação de um Roteiro para a Transformação Digital dos Açores, que deve ser entendido não como uma política setorial, mas antes como um desígnio regional, com verdadeiro potencial transformador merecedor de acolhimento, ao nível da coordenação estrutural das futuras políticas regionais.

A investigação e a inovação são fundamentais no atual contexto e no futuro próximo, contribuindo para uma recuperação sustentável e inclusiva da economia, em setores chave, como o Mar e o Espaço, que reforçarão o posicionamento dos Açores no Atlântico Norte e no seio da União Europeia.

Os Açores caminham para serem um “laboratório vivo” no aproveitamento de energias renováveis, liderando na transição ecológica e no desenvolvimento sustentável.

O objetivo de prosperidade dos Açores será alcançado por via de uma melhor qualificação dos recursos humanos, aumento da produtividade, melhoria dos rendimentos das pessoas e das empresas, criação de emprego estável e fomento da natalidade. Tudo isto, tendo como pano de fundo o fortalecimento dos laços comunitários e o reforço do sentimento autonómico, sem descuidar o incremento da independência económica e financeira da Região, necessariamente envolvendo os açorianos no desenvolvimento do seu projeto de sociedade comum.

É fundamental comemorar os 50 anos da Autonomia com uma agenda para a década, com uns Açores líderes na inovação e transformação digital, mais resilientes, coesos e solidários.

PRIORIDADES PARA A LEGISLATURA 2020-2024

A próxima legislatura estará fortemente condicionada pela premência em encetar a recuperação e o relançamento do e económico da Região, pela necessidade de melhor preparar os Açores ao nível da competitividade e da sustentabilidade social, ambiental e económica, reforçando desta forma a resiliência da economia açoriana, através do aumento do nível de qualificações, da diversificação de cadeias de valor de produção e distribuição, da promoção das transições digitais e ecológicas da nossa economia, e do aumento do nível de preparação em situações de crise.

A estratégia da Comissão Europeia para estes novos tempos está estruturada em torno de dois objetivos, designadamente: a curto prazo, atenuar as graves consequências socioeconómicas negativas da pandemia COVID-19; e, a curto e médio prazo, alcançar um crescimento sustentável e inclusivo, que facilite a transição ecológica e a transformação digital.

As recomendações específicas da Comissão Europeia a Portugal incluem a tomada de todas as medidas necessárias para combater eficazmente a pandemia, apoiar a economia e a recuperação subsequente; reforçar a resiliência do sistema de saúde; ajudar a preservar o emprego e a garantir a proteção social; reforçar a liquidez das empresas; apoiar a utilização de tecnologias digitais na educação e na formação; promover o investimento, em especial nas transições ecológica e digital.

Para continuar a responder à pandemia COVID-19 há que desenvolver esforços para a melhoria da eficiência e da capacidade dos cuidados de saúde e dos cuidados de longa duração, bem como para fazer face aos desafios colocados pelo envelhecimento da população, considerando as fragilidades inerentes a este setor específico.

A Agenda para o Relançamento Social e Económico dos Açores, perspetiva, por um lado e rapidamente, relançar a economia dos Açores, e, por outro lado, construir uns Açores mais resilientes. Os instrumentos comunitários colocados à disposição dos estados membros e das regiões europeias para ultrapassar e vencer esta crise, nomeadamente o Instrumento de Recuperação e Resiliência, orientarão as opções estratégicas que serão concretizadas ao longo dos próximos quatro anos. A construção de uns Açores mais resilientes, coesos e sustentáveis deverá contemplar:

- O reforço do investimento na Educação e na Qualificação das Pessoas, designadamente ao nível das competências digitais iniciais e avançadas, bem como numa melhor literacia financeira, digital e na saúde, contribuindo para uma sociedade e economia açoriana mais equitativa, inclusiva e participativa, e reforçando, desta forma, a nossa Democracia e a nossa Autonomia;
- A valorização dos produtos e serviços açorianos, quer seja por via da I&D, da inovação e da experimentação induzida nos principais setores tradicionais económicos de atividade, quer seja pela criação de novos produtos e serviços locais, resultante do investimento nas economias verde, azul e circular, e assente numa cultura de colaboração e coprodução, ligando os conhecimentos empírico e científico ao tecido empresarial açoriano e, concorrendo para uma maior sustentabilidade social, económica e ambiental da Região;
- A promoção dos Açores como um “laboratório vivo”, tirando o máximo partido possível dos nossos recursos endógenos (ex: energias renováveis/limpas), aliado ao fomento da especialização nas novas e emergentes tecnologias, potencia a incubação de projetos inovadores nacionais, europeus e internacionais, atraindo jovens altamente qualificados para a Região, investidores e empreendedores e, por essa via, fomenta a economia de dados e do conhecimento nos Açores.
- A contínua capacitação do Serviço Regional de Saúde, a par da preservação e potenciação dos Açores como Destino Turístico Sustentável” podem ser garantes de um rápido, mas seguro, relançamento do setor do Turismo nos Açores, passível de atrair novos segmentos de mercado turístico que procuram segurança, acessibilidade a cuidados de saúde, contacto com a natureza e experiências de cidadania ambiental;
- A Administração Pública dos Açores deverá ser uma forte aliada no processo de relançamento social e económico dos Açores, capacitando-se melhor para os desafios futuros, por via da inovação, da qualificação, da transformação digital, entre outros, reorientando-se para “processos”, por oposição à “emissão de pareceres”, e centrando a sua atuação na antecipação das necessidades e expectativas dos cidadãos e dos empresários açorianos.

As opções políticas de investimento para o quadriénio 2020-2024 estarão repartidas pela emergente necessidade de relançamento económico e social dos Açores e pela concretização de investimentos estruturantes de curto e médio prazo, correndo ambas para a construção de uns Açores mais resilientes, coesos e sustentáveis, na senda da visão definida para a década.

RELANÇAR SOCIAL E ECONOMICAMENTE OS AÇORES

Vivemos um período conturbado, não previsível e sem perspetiva de resolução num curto espaço de tempo, quer em termos de saúde pública, quer em termos dos efeitos implacáveis sobre a economia e a sociedade. Os efeitos da pandemia COVID-19 ao nível social e económico resultaram sobretudo do período de confinamento, que ninguém pretende ver repetido, e cuja recuperação não é transversal a todos os setores, nem tem ocorrido em tempos idênticos, pelo que foi necessário implementar medidas urgentes, com resultados positivos, mas não suficientes.

As medidas contidas na Agenda para o Relançamento Social e Económico dos Açores resultaram de um amplo processo de auscultação da sociedade e dos parceiros sociais, pelo que, tendo a sua conceção gerado um largo consenso, se justifica a sua implementação nos próximos anos, assumindo o Partido Socialista o compromisso de a concretizar, em função dos resultados das eleições de 25 de outubro.

Assim, num referencial estratégico para 2022, pretende-se transformar os Açores para que se posicionem como uma região social, ambiental e economicamente sustentável, tirando o máximo proveito das suas características geoestratégicas e dos seus recursos endógenos, que, aliados às transições digital e ecológica, permitirão aumentar a resiliência e a autonomia estratégica da Região.

Neste momento de exceção em que nos encontramos, há que preparar já os alicerces para a construção de uma Região mais forte e resiliente, para melhor enfrentarmos o amanhã, sendo urgente concretizar medidas para relançar a economia dos Açores, reparando rapidamente os prejuízos sociais e económicos causados pela pandemia.

Assim, propõe-se que o relançamento da economia assente em quatro eixos de atuação: Emprego, setor Social, Empresas e Turismo – para proteção do emprego e criação de novos postos de trabalho, para apoio às famílias, especialmente as mais fragilizadas, ao setor social, e às empresas, garantindo a sua sustentabilidade, e aos setores mais fortemente afetados, com especial destaque para o setor do turismo e atividades económicas relacionadas.

RELANÇAR A ECONOMIA DOS AÇORES

- **Relançar o Emprego**
- **Relançar o Setor Social**
- **Relançar as Empresas**
- **Relançar o Turismo**

Relançar o setor Emprego

O emprego tem sido uma das primeiras preocupações, através da adoção de medidas excepcionais e complementares, com efeitos positivos mas que deverão manter-se, fruto da previsível demora na retoma económica.

A concretização do relançamento do Emprego prevê a adoção de medidas concretas que visam:

- **Apoiar o Emprego**
- **Apoiar a Formação Profissional**
- **Incentivar o teletrabalho e o trabalho colaborativo**

Relançar o Setor Social

Foi evidente a necessidade de priorizar um conjunto de medidas de emergência e de apoio à retoma da atividade social, destinadas às famílias açorianas e aos setores social, cultural, educativo e da saúde. A par da retoma económica, o relançamento social será ainda mais lento, pelo que são necessárias novas iniciativas:

- **Apoiar as Famílias na retoma da atividade**
- **Apoiar o Setor Social na retoma da atividade**
- **Apoiar a cultura na retoma da atividade**
- **Incrementar a capacidade do Serviço Regional de Saúde**
- **Proteger o direito à Habitação na retoma da atividade**
- **Potenciar a literacia digital**
- **Potenciar a digitalização do Sistema Educativo Regional**

Relançar as Empresas

A incerteza tornou-se um dos maiores inimigos da atividade económica, fruto da crise provocada pela pandemia COVID-19, pelo que, para se poder promover o crescimento da economia, há que garantir maior grau de segurança e estabilidade aos agentes económicos, através da solidez das políticas a implementar, nomeadamente ao nível financeiro, protegendo o emprego dos Açorianos:

- **Impulsionar a recuperação da atividade das empresas**
- **Incentivar a digitalização dos negócios**
- **Apoiar a liquidez das empresas**
- **Apoiar as empresas na retoma da atividade**
- **Reduzir custos de contexto / agilizar procedimentos administrativos**

Relançar o Turismo

Embora já tenham sido retomadas a maioria das ligações áreas com o exterior, a recuperação económica do setor do Turismo tem sido mais lenta que a dos demais, fruto da situação que ainda vivemos, com a pandemia ainda ativa um pouco por todo o mundo, e com tendência a agravar-se, com claras repercussões nos fluxos turísticos. Perspetiva-se que a recuperação deste setor seja mais demorada, pelo que são necessárias novas medidas:

- **Promover os Açores como Destino Turístico Seguro e Sustentável**
- **Cativar turistas e viajantes para a oferta turística local**
- **Apoiar as empresas turísticas na retoma da atividade**

CONSTRUIR UNS AÇORES MAIS RESILIENTES, MAIS COESOS E SUSTENTÁVEIS

As prioridades de investimento na próxima legislatura, face ao momento conturbado e incerto em que vivemos e que perspetivamos se prolongue no futuro, centrar-se-ão na qualificação das pessoas, na proteção do emprego, na transformação e no aumento da resiliência da economia por via das transições digital e ecológica, no reforço do Serviço Regional de Saúde e das respostas sociais, bem como na modernização da administração pública.

Tornar os Açores mais resilientes passa por conhecer mais e melhor os seus recursos, protegê-los adequadamente e maximizar todas as suas potencialidades.

Os Açores reúnem todas as condições para serem um “laboratório vivo”, tanto nas áreas da I&D, da inovação e da experimentação, designadamente associadas às economias verde, azul e circular, como nas novas e emergentes tecnologias, potenciando a capacitação de recursos e a criação de valor social e económico na Região.

Devemos continuar a diversificar a economia, desenvolvendo de forma sustentável as atividades tradicionais, potenciando complementaridades entre elas e encontrando novas atividades que permitam gerar mais riqueza e tornar a economia dos Açores mais resiliente e sustentável.

Os eixos estratégicos concebidos para se construir uns Açores mais resilientes, mais coesos e sustentáveis, através dos quais se concretizarão os investimentos multissetoriais e estruturantes para a economia regional, são os seguintes:

- I - INVESTIR NA EDUCAÇÃO, NA JUVENTUDE E NA CAPACITAÇÃO DAS PESSOAS**
- II - FORTALECER O SERVIÇO REGIONAL DE SAÚDE**
- III - PROMOVER UMA SOCIEDADE INCLUSIVA, JUSTA, SOLIDÁRIA E PARTICIPATIVA**
- IV - TRANSFORMAR A ECONOMIA DAS AÇORES**
- V - APOSTAR NA INOVAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**
- VI - INCENTIVAR A TRANSIÇÃO ECOLÓGICA**
- VII - MELHORAR AS ACESSIBILIDADES E A COESÃO TERRITORIAL**
- VIII - MODERNIZAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- IX - VENCER O DESAFIO DA DEMOGRAFIA**

INVESTIR NA EDUCAÇÃO, NA JUVENTUDE E NA CAPACITAÇÃO DAS PESSOAS

As prioridades para os próximos quatro anos que consubstanciam um investimento estratégico multissetorial na educação, na juventude e na capacitação das pessoas assentam nas seguintes medidas e programas:

- **Combate ao abandono precoce de educação e formação**
- **Combate ao insucesso escolar**
- **Projeto "Açores - Educação Digital"**
- **Projeto "Atelier do Código"**
- **Diversificar a oferta de cursos de formação profissional**
- **Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida**
- **Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) de curta duração**
- **Programa "Agricultura mais qualificada e menos burocrática"**
- **Qualificação do Destino / Qualificação dos Serviços Turísticos**
- **"Educação Empreendedora: O Caminho do Sucesso"**
- **A cultura que qualifica**
- **Prémio de Mérito de Ingresso no Ensino Superior**
- **Programa "Educação Ativa"**
- **Desenvolvimento de infraestruturas educativas**
- **Plano de Qualificação e Capacitação do sistema educativo**
- **Estabilidade do Pessoal Docente na Região Autónoma dos Açores**

Combate ao abandono precoce de educação e formação

Apesar da progressiva diminuição da taxa de abandono escolar precoce da educação e formação, que se tem vindo a verificar - em 2010 cifrava-se em 45,2%, e atualmente corresponde a 27% -, os Açores continuam, neste indicador, a estar acima das taxas recomendadas, de 10%. Tal facto justifica, por si só, um forte investimento no combate ao abandono precoce de educação e formação, a fim de contribuir para a reintegração no ensino e formação dos jovens dos 18 aos 24 anos, o que, face ao atual contexto social e económico causado pela crise pandémica COVID-19, robustece o interesse estratégico na promoção da qualificação da população açoriana, para melhor corresponder aos desafios futuros.

Pretende-se, assim, conceber, desenvolver e implementar uma estratégia de desenvolvimento de projetos pedagógicos que visem diminuir o abandono precoce de educação e formação. Estes projetos, nos quais se incluem o Programa de Mediadores Escolares e a criação de cursos de ensino vocacional, elegem como público-alvo prioritário a população escolar que, nos próximos anos, terá entre 11 e 17 anos de idade, e se encontra a frequentar o sistema educativo (básico e secundário), em risco de abandono escolar sem conclusão do ensino secundário. Simultaneamente, serão preparadas ações de formação formais e não formais, a promover por diversos departamentos do Governo dos Açores, e pelos parceiros sociais, que se destinam aos indivíduos entre os 18 e os 24 anos de idade, possibilitando assim, a estes jovens, um nível de capacitação complementar.

Combate ao Insucesso Escolar

É preciso continuar a combater os resultados menos positivos, reforçando a atratividade da escola e a capacidade de resposta desta aos desafios que se lhe colocam, nomeadamente para os alunos que não se identificam e não se enquadram no modelo existente, e que mesmo frequentando a escola até ao limite de idade obrigatória saem sem qualquer formação. Impõe-se a prossecução das seguintes linhas de atuação:

- Garantir a literacia digital dos alunos, docentes e pais/encarregados de educação;

- Implementar programas de tutoria, de mediação e de mentoria;

- Alargar a todas as escolas, na educação pré-escolar (EPE), o programa de promoção de competências facilitadoras da leitura e da escrita e, no 1.º ciclo, os especialistas de leitura, dotando-as dos recursos humanos, logísticos e materiais necessários;

- Implementar a aquisição de manuais digitais, plataformas digitais, e outros aplicativos de aprendizagem;

- Criar programas de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais para completarem a escolaridade obrigatória, com vertente prática em contexto de trabalho, adequado às características dos alunos, proporcionando incentivos às entidades empregadoras/tutores;

- Reforçar a ação das equipas multidisciplinares de apoio socioeducativo, para prevenir e intervir mais atempada e eficazmente nas situações de abandono escolar.

A concretização destas medidas tem como meta alcançar, pelo menos, uma taxa média de transição e conclusão do ensino básico de 90% e de 85% no ensino secundário, até 2026, reduzindo progressivamente a taxa de retenção escolar.

Projeto "Açores - Educação Digital"

Pretende-se garantir o acesso à "sociedade de informação", promover a igualdade de oportunidades e induzir uma melhoria nos meios de aprendizagem, fomentando o desenvolvimento de competências das novas gerações de açorianos, para melhor adaptação à Era Digital:

- **Fomentar a utilização da plataforma colaborativa entre docentes, alunos e pais/encarregados de educação do projeto "Aprender em Casa", de forma a garantir interações entre todos, bem como a utilização do mural de partilha de recursos e documentos;**
- **Garantir a formação de docentes, alunos e pais/encarregados de educação no âmbito da literacia digital na ótica do utilizador;**
- **Disponibilizar a versão digital de manuais e cadernos de exercícios escolares aos alunos;**
- **Garantir a implementação do Programa Digital para a Aprendizagem da Leitura e da Escrita para todos os alunos do 1º e 2º anos do 1º ciclo;**
- **Incentivar o uso da plataforma REDA - Recursos Educativos Digitais Abertos e área de E@D do Portal da Educação como suporte para a disponibilização de recursos didáticos;**
- **Adquirir computadores para reformar o parque informático das escolas da região, bem como reforçar a bolsa de equipamentos disponíveis para cedência a alunos e docentes;**
- **Melhorar a rede de comunicação de todas as escolas, de forma a garantir a eficaz utilização das tecnologias de informação e comunicação para os diversos fins.**

Projeto "Atelier do Código"

O projeto-piloto Atelier do Código foi implementado no ano letivo 2019/2020 em todas as escolas do 1.º e do 2.º ciclo dos Açores para que todas as crianças tivessem acesso à aprendizagem de linguagens de programação, iniciativa que se vai prolongar, pelo menos, por mais três anos, contribuindo para a promoção da literacia e da cidadania digitais e melhorando a capacitação e o sucesso escolar.

Diversificar a Oferta de Cursos de Formação Profissional

A formação profissional tem vindo a afirmar-se nos Açores, com uma taxa de participação elevada, sendo necessário que a oferta de cursos seja diversificada e ajustada às necessidades do mercado, bem como aos interesses e aptidões dos jovens, fomentando a sua fixação e contribuindo para o sucesso escolar e para uma maior capacitação para o mercado de trabalho e garantia de empregabilidade.

Qualificação de Adultos e Aprendizagem ao Longo da Vida

Os Açores possuem uma população ativa caracterizada pelas suas baixas qualificações, ficando aquém dos objetivos europeus nesse campo. Neste sentido, esta medida visa promover a melhoria da qualificação dos Açorianos, quer por meio de ações concretas de formação, quer por via da reestruturação dos serviços afetos a este fim. Pretende-se:

- **Qualificar a população ativa, desenvolvendo competências básicas ou específicas, que promovam a sua inserção no mercado de trabalho e o aumento da qualidade e da produtividade;**
- **Proporcionar uma oferta de percursos de qualificação que atendam às transformações tecnológicas, organizacionais, económicas e legais;**
- **Desenvolver percursos formativos de curta duração voltados para a capacitação nas áreas das competências digitais e línguas estrangeiras;**
- **Criação de um serviço de orientação e formação dedicado exclusivamente à qualificação da população adulta;**
- **Aumentar o número de adultos qualificados com o ensino pós-secundário e superior.**

Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) de curta duração

É importante estabelecer uma parceria com a Universidade dos Açores para lecionação de cursos com a metodologia semelhante aos cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP), mas de curta duração, em áreas estratégicas para a Região. Consideram-se áreas estratégicas aquelas com maior impacto na economia atual e futura da Região, nomeadamente:

- **O desenvolvimento de competências digitais avançadas e de tecnologia dirigidas aos setores do Turismo, Comércio, Agricultura, Saúde e Apoio Social;**
- **As energias renováveis, as suas aplicações diretas no mundo e nos Açores e o seu impacto nas alterações climáticas;**
- **As economias verde e azul e a economia circular, e a forma de estimular e implementar estes modelos nos Açores e em cada ilha.**

Programa "Agricultura mais qualificada e menos burocrática"

O setor agrícola apresenta-se cada vez mais competitivo e globalizado, sendo fundamental que os seus intervenientes, os agricultores, sejam possuidores de um nível de qualificações adequado, com conhecimento e de novas competências que lhes permitam fazer face aos desafios da agricultura moderna. É, pois, prioritário aumentar o nível de qualificações dos agricultores açorianos, de modo a dotá-los de novo conhecimento e competências, disponibilizando-lhes formações mais específicas e condições de acesso à formação.

Por outro lado, no seu relacionamento com a administração pública, um nível burocrático excessivo pode condicionar o acesso dos agricultores a apoio, quer a nível técnico, quer a nível financeiro. Reveste-se, assim, de grande importância a simplificação da relação do agricultor com a administração pública, sempre que possível promovendo a digitalização de procedimentos e reduzindo a necessidade de deslocação física dos agricultores aos serviços públicos. Pretende-se:

- **Incrementar o nível de conhecimento e de competências dos agricultores;**
- **Desburocratizar e simplificar o relacionamento da administração pública com os agricultores.**

Qualificação do Destino / Qualificação dos Serviços Turísticos

A baixa produtividade continua a restringir o potencial de crescimento económico do setor turístico. A insuficiência das competências pode prejudicar a inclusão, a empregabilidade e a competitividade.

Este programa visa aumentar o nível de competências da população adulta, incluindo a literacia digital, reforçando e alargando para o efeito a cobertura da componente de formação nos programas de qualificação da população adulta. O aumento do investimento na formação é um importante fator para melhorar a produtividade. Pretende-se com esta medida aumentar a produtividade, valorizar as profissões do setor do turismo e potenciar o crescimento económico das empresas turísticas.

“Educação Empreendedora: O Caminho do Sucesso”

Trata-se de um Programa que se destina a todos os alunos do ensino básico, secundário e profissional, decorrendo em múltiplas escolas da Região, tendo como objetivos inculcar nos alunos o espírito empreendedor e desenvolver a iniciativa, a cooperação e a competitividade, através de uma metodologia ‘learning by doing’ e da gestão de miniprojetos. Serão introduzidas algumas inovações, nomeadamente com o “recurso aos meios de comunicações digitais, a renovação de programas educativos online, a realização de um evento motivacional para alunos com oradores conceituados e o reforço da componente prática do ‘bootcamp’ preparatório do IdeiAçores. O concurso regional IdeiAçores é a fase final do programa ‘Educação Empreendedora’.

A Cultura que Qualifica

Têm vindo a ser concretizados investimentos consideráveis ao nível das infra-estruturas culturais e no estabelecimento de mecanismos de apoio aos mais variados níveis e formas de expressão cultural. Atendendo à relevância da cultura na formação e qualificação de uma sociedade, de um Povo, há que continuar este caminho, mobilizando recursos para que a cultura seja usufruída pelos Açorianos e por quem nos visita. Apostar na valorização e conhecimento do passado, de onde viemos, a par da promoção contemporânea e estímulo à criatividade do presente, onde estamos, e preparar, de uma forma informada, consciente e projetada, um futuro que se pretende mais criativo, mais mobilizado, e mais colaborativo, na garantia da sustentabilidade e no desenvolvimento cultural dos Açores e dos Açorianos.

Desta forma, propomos:

- **Promover momentos formativos na área da cultura, em regimes formais e informais de coletivos e indivíduos, apostando num futuro culturalmente mais rico, particularmente nas camadas mais jovens;**
- **Contribuir para a internacionalização dos artistas regionais e apostar na mobilidade da criação artística regional pelas ilhas açorianas;**
- **Criar nas escolas uma “ideia de cultura”;**
- **Regular contacto com os agentes culturais e criativos, com divulgação de informação, numa atuação de maior proximidade;**
- **Desburocratizar e desmaterializar os programas de financiamento à cultura, incentivando a adesão aos mesmos.**

Prémio de Mérito de Ingresso no Ensino Superior

Continuar a apoiar o ingresso no ensino superior de jovens estudantes dos Açores, colocados pela primeira vez no ensino superior, estimulando-se desta forma a melhoria das qualificações dos jovens açorianos.

Programa “Educação Ativa”

Promover a interligação entre o Ensino e o Desporto, através de parecerias e iniciativas entre escolas e clubes/associações desportivas, aliando a importância da educação à relevância da prática desportiva, promovendo um modelo de aluno saudável, dinâmico e ativo.

Desenvolvimento de Infraestruturas Educativas

O Sistema Educativo Regional necessita, para poder responder aos desafios da Educação do século XXI, de infraestruturas modernas e adaptadas à nova realidade de educação digital e desmaterializada, ao mesmo tempo que necessita de mais equipamentos e que melhor se adequem aos desafios do futuro. Como tal, e apesar do forte investimento que tem vindo a ser realizado pelo Governo dos Açores nas escolas da Região, torna-se necessário requalificar as infraestruturas mais antigas, dotar as infraestruturas existentes de material de suporte, e, em alguns casos, construir edifícios de raiz, para fazer face às exigências e aos desafios educativos do futuro.

Plano de Qualificação e Capacitação do Sistema Educativo

Existe a necessidade de melhorar significativamente a qualidade e a eficiência do sistema de ensino e através de intervenções específicas e inovadoras e de programas de formação e de acompanhamento, transversais a todos os intervenientes no sistema educativo regional. Neste sentido, a intervenção deverá abranger todos os elementos da comunidade educativa, desde docentes, pessoal não docente, alunos, pais, encarregados de educação e outros membros. É imprescindível a continuidade na aposta e promoção da formação contínua nas diferentes áreas de intervenção, centradas na prática docente, nomeadamente na diferenciação pedagógica, nas dificuldades de aprendizagem, técnicas de intervenção e de resolução de problemas, mediação e tutoria, assim como na formação direcionada para os órgãos executivos e outros dirigentes intermédios. No prosseguimento deste caminho, importa habilitar o sistema educativo regional dos meios humanos e técnicos qualificados em áreas estratégicas como as novas tecnologias de informação e comunicação, a gestão da informação, a inovação e a formação.

Estabilidade do Pessoal Docente na Região Autónoma dos Açores

Não ignoramos que a falta de pessoal docente nas escolas, em algumas disciplinas é, também, um problema na nossa Região, que neste ano letivo se agravou devido à pandemia de COVID-19, existindo praticamente uma duplicação do número de pedidos de baixas/atestados médicos. Nesse sentido, comprometemo-nos a realizar uma avaliação exaustiva sobre quais são efetivamente os grupos de docentes que se encontram em situação de carência nas Escolas da Região; quais as razões para isso acontecer e quais as possíveis soluções, que poderão, ou não, passar pela atribuição de incentivos para a fixação. Consideramos que esta é uma situação que exige reflexão partilhada de todos: partidos políticos, Governo, sindicatos e Universidade dos Açores, por forma a encontrar soluções que sejam viáveis e que contribuam para resolver o problema.

FORTALECER O SERVIÇO REGIONAL DE SAÚDE

O fortalecimento do serviço regional de saúde concretiza-se com um conjunto de medidas e programas:

- **Retoma da atividade no Serviço Regional de Saúde**
- **Implementação de Tecnologias e Soluções Digitais que permitam a contenção epidemiológica perante a pandemia COVID-19 e futuras pandemias**
- **Criação de um Hospital Digital**
- **Capacitar e melhor preparar o SRS reforçando o investimento no digital**
- **Elaboração e implementação do Plano Regional de Saúde 2021-2027**
- **Reforçar estratégias regionais e locais de prevenção de comportamentos de risco**
- **Implementar um programa de literacia em saúde**
- **Criação do Centro de Vigilância Epidemiológica dos Açores**
- **Criação do Centro de Simulação Clínica**
- **Incentivos à fixação de profissionais de saúde**
- **Potenciar a Rede de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental**
- **Alargar a Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados**
- **Implementação de uma estratégia de humanização dos cuidados no Serviço Regional de Saúde**
- **Nomeação e funcionamento do Comité de Ética para as Ciências e Novas Tecnologias da Saúde**

Retoma da Atividade no Serviço Regional de Saúde

Em virtude da adequada resposta promovida à crise sanitária precipitada pelo vírus SARS-CoV-2, foi necessário reajustar todo o funcionamento do Serviço Regional de Saúde, designadamente no plano assistencial, o qual assistiu ao adiar de uma parte importante da sua atividade não urgente. A atividade cirúrgica eletiva não foi exceção, tendo sido notório o impacto que esta circunstância gerou nos principais indicadores do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia dos Açores, nomeadamente ao nível do crescimento da lista de inscritos para cirurgia, do tempo médio de espera na lista de inscritos, e do próprio número de cirurgias realizadas, comparativamente ao ano transato.

A retoma da atividade assistencial, num contexto pandémico, traz grandes desafios às entidades prestadoras de cuidados de Saúde, dado que têm de garantir não só a atividade assistencial normal e plena, com respeito pelas normas e regras sanitárias que subjazem ao contexto atualmente vivido, como potenciar a recuperação da atividade suspensa durante o surto da COVID-19. Para além disso, importa destacar o grande impacto ao nível de recursos humanos e materiais que as atividades diretamente relacionadas com a pandemia exigem aos serviços de saúde, como por exemplo, realização de testes de despistagem, receção dos passageiros nos aeroportos da RAA e a vigilância epidemiológica requerida.

Nesse sentido, será fundamental desenvolver medidas com vista a capacitar as Unidades do Serviço Regional de Saúde de meios para responder às exigências e constrangimentos que advêm de uma situação inesperada como a vivida no início deste ano. Para tal, projeta-se a implementação de programas de produção adicional nas várias linhas de atividade (Consulta, MCDTs, Bloco Operatório, Hospital de Dia e Internamento, Rastreios Organizados), tanto dos Cuidados de Saúde Primários, como dos Hospitalares e Centro de Oncologia, visando não só a recuperação da atividade suspensa durante a 1.^a vaga pandémica, como também incrementar em 5% os níveis de produção anteriormente atingidos em 2019. Para este efeito, pretende-se:

- Incrementar a produção assistencial do Serviço Regional de Saúde, quer ao nível dos cuidados de saúde primários, quer dos cuidados diferenciados, face à produção realizada no período homólogo de 2019, com recurso à criação de programas de produção acrescida.

Implementação de Tecnologias e Soluções Digitais que permitam a contenção epidemiológica perante a pandemia COVID-19 e futuras pandemias

Pretende-se promover na Região um conjunto de investimentos em ferramentas, tecnologias e soluções digitais que permitam a contenção epidemiológica perante a pandemia COVID-19 e futuras pandemias. A Região precisa de complementar os serviços que já possui informatizados, com a criação de automatismos de análise e rastreios da doença, bem como implementar plataformas que permitam a aplicação de inteligência artificial, neste caso na análise de imagens clínicas. Os objetivos específicos desta medida são:

- **Dotar tecnologicamente a Região com plataformas inovadoras de análise e prevenção de rastreio COVID-19 ou outras pandemias.**
- **Incentivar a criação de conhecimento altamente diferenciador na sociedade e na economia açorianas, por via do desenvolvimento de projetos inovadores, suportados em novas e emergentes tecnologias como a inteligência artificial ou a computação de alto desempenho, neste caso, para a deteção automatizada de doenças.**
- **Promover a informatização de serviços de especialidades médicas, permitindo desta forma uma maior partilha de dados clínicos e evitando a deslocação de doentes a especialistas.**
- **Dotar a Região de uma solução para a Anatomia Patológica.**

Criação de um Hospital Digital

Com o desenvolvimento tecnológico da conectividade através do digital abre-se a possibilidade de uma reforma radical do funcionamento do sistema de saúde regional, dentro da sua organização e funcionamento e na ligação com os utentes, ultrapassando de forma substancial os estrangulamentos e bloqueios derivados de um território arquipelágico e disperso.

A penetração da tecnologia digital no Sistema Regional de Saúde dos Açores permitirá ganhos de eficiência na gestão corrente do sistema, a par da prestação de cuidados, designadamente nas ilhas de menor dimensão e mais afastadas, de uma forma mais efetiva, diversificada, personalizada e com menor penalização do utente. Por outro lado, mais do que as múltiplas deslocações dos doentes entre as ilhas dos Açores e do arquipélago para o exterior, há a possibilidade de, em grande número de situações, o “hospital vir até casa”.

Por diversas razões, a teleconsulta foi uma modalidade que nunca chegou a ser massificada, ou mesmo, bem aceite na Região. Hoje em dia, a RAA tem uma boa cobertura de internet, móvel ou via ADSL/Fibra ótica. Existem também aplicações que permitem o estabelecimento de chamadas áudio e vídeo, com processos já estabelecidos para a criação das mesmas, e geridos por cada entidade de saúde.

Um primeiro desafio, que poderá limitar a massificação da teleconsulta, é o facto de não existirem muitos postos de trabalho dotados com câmaras e auscultadores + microfone, o que limita a quantidade de teleconsultas em simultâneo por entidade. Este problema será ultrapassado pela aquisição de um maior número de câmaras para os postos de trabalho que sejam utilizados para o efeito.

Persiste um desafio maior, que se prende com a sensibilização dos profissionais e dos utentes, alertando e promovendo os benefícios e simplicidade da realização de teleconsultas e de outras interações com o sistema de saúde, através do digital. Neste sentido, pretende-se:

- **Disponibilizar um registo eletrónico de saúde para cada cidadão, permitindo a partilha da informação clínica entre todos os níveis de cuidados;**
- **Massificar a telemedicina, visando aumentar o acesso aos cuidados primários de saúde e o recurso a certas especialidades médicas;**
- **Monitorizar os pacientes com doenças crónicas, em qualquer lugar e a qualquer hora, garantindo uma resposta pronta a qualquer alerta;**
- **Partilhar os exames de diagnóstico (Imagiologia, Patologia Clínica e outros) entre todos os operadores do setor, públicos ou privados;**
- **Promover e expandir a investigação médica através do acesso a plataformas dos dados anonimizados do Serviço Regional de Saúde;**
- **Disponibilizar informação fiável, pública e transparente, sobre as transações ocorridas no sistema de saúde, compreendendo os indicadores de produção, financeiros, nível de serviço e satisfação.**

Capacitar e melhor preparar o SRS, reforçando o investimento no digital

Por forma a assegurar maior eficácia, desempenho, segurança e resiliência dos sistemas de informação e comunicações é imperativa a renovação do parque informático das diversas entidades de Saúde. Atualmente, com a evolução dos sistemas de informação, torna-se fundamental, por um lado, o aumento de postos de trabalho, permitindo a mais utilizadores usufruírem da informatização dos serviços de saúde, quer administrativos ou clínicos. Por outro lado, é também crítico, a evolução de equipamentos que, permitam a atualização de sistemas de informação ou implementação de novos serviços. Outro foco na remodelação do parque informático centra-se nas comunicações de voz. É importante a uniformização das soluções de comunicações de voz, evoluindo para a tecnologia IP.

A pandemia COVID-19 veio revelar algumas lacunas no Serviço Regional de Saúde, nomeadamente no estabelecimento de call centers, para atendimento ao público, mas também na disponibilização de postos de trabalho viáveis para possibilitar o teletrabalho, telemedicina ou mesmo centros de suporte operacional de controlo e rastreio do COVID-19.

Neste sentido, pretende-se:

- **Facilitar as comunicações de voz entre as diversas entidades do SRS dos Açores, permitindo numeração centralizada e gerida pelo Governo Regional dos Açores;**
- **Implementação rápida de centrais de apoio a utentes para esclarecimento de dúvidas ou resposta a pandemias;**
- **Adequar o parque informático para permitir o suporte a novas aplicações e sistemas de informação que ajudem a inovar e modernizar a resposta clínica e administrativa;**
- **Aumentar o número de trabalhadores que acedem diretamente aos sistemas de informação, por forma a permitir o aumento de informatização dos serviços de saúde;**
- **Fomentar a cibersegurança e a ciber-resiliência, de modo a assegurar a integridade, a segurança e a confiança, e a continuidade das redes, das infraestruturas críticas e endpoints dos serviços da Administração Pública Regional.**

Elaboração e Implementação do Plano Regional de Saúde 2021-2027

Elaborar e implementar o Plano Regional de Saúde 2021-2027, nos termos previstos no Estatuto do Serviço Regional de Saúde, enquanto instrumento estratégico para o desenvolvimento da saúde na Região, no que concerne à promoção de estilos de vida saudáveis e prevenção de comportamentos de risco, ao combate às doenças crónicas, às doenças cérebro cardiovasculares e às doenças oncológicas, incluindo o planeamento das necessidades de pessoal e de formação, infraestruturas e equipamentos de saúde.

Reforçar estratégias regionais e locais de prevenção de comportamentos de risco

Atendendo aos resultados dos estudos epidemiológicos nacionais e regional sobre o consumo de diversas substâncias, que configuram comportamentos de risco e potencialmente aditivos, deverão ser incrementadas estratégias de âmbito regional e local de prevenção e intervenção em comportamentos aditivos, de redução dos problemas ligados ao álcool, de prevenção e combate ao tabagismo e ao consumo de novas substâncias, incluindo a dependência digital.

Implementar um programa de literacia em saúde

Implementar um programa de literacia em saúde, numa perspetiva de promoção, prevenção e educação para a saúde, dirigido a diferentes públicos-alvo, desde as crianças aos idosos, incluindo também medidas de segurança e atuação em situações de crise pandémica e/ou catástrofe que impliquem isolamento, para preparação e capacitação da população açoriana em futuras ocorrências críticas.

Criação do Centro de Vigilância Epidemiológica dos Açores

Dotar os Açores das competências e capacidades técnico-científicas necessárias para a vigilância epidemiológica do estado sanitário do arquipélago, com ganhos evidentes ao nível de saúde pública.

Criação do Centro de Simulação Clínica

Criação de um centro de simulação clínica, como resposta às necessidades de formação prática das várias especialidades médicas, de enfermagem e outros grupos profissionais de saúde, incluindo alunos, contribuindo para a melhoria do conhecimento técnico e científico, da performance clínica e dos níveis de confiança. Contribuir para a formação complementar dos profissionais de saúde das ilhas sem hospital, nomeadamente os médicos de medicina geral e familiar e profissionais da emergência médica.

Incentivos à fixação de profissionais de saúde

Revisão do sistema de incentivos à fixação de profissionais de saúde, em diálogo com os parceiros do setor, que deverá incluir:

- **Alargamento do período máximo de atribuição de incentivo financeiro;**
- **Planos de formação específicos;**
- **Projetos de investigação;**
- **Apoios complementares, extensíveis à família.**

Potenciar a rede de cuidados continuados integrados de saúde mental

Criar as condições para a implementação de uma estratégia regional de saúde mental, de acordo com a rede de cuidados continuados integrados, quer ao nível de infraestruturas, quer dos recursos humanos e do apoio domiciliário, em articulação com as equipas dos cuidados de saúde primários.

Alargar a rede regional de cuidados continuados integrados

Alargar o número de camas da rede regional de cuidados continuados integrados, incluindo de paliativos, acompanhado do número de recursos humanos necessários, de forma a assegurarem cuidados de saúde de qualidade. Implementar um plano de formação específico nesta área, para profissionais e cuidadores informais.

Implementação de uma estratégia de humanização dos cuidados no Serviço Regional de Saúde

Definir e implementar uma estratégia de humanização no Serviço Regional de Saúde, ao nível dos cuidados de saúde hospitalares e cuidados de saúde primários, envolvendo os profissionais, utentes, associações de voluntários, parceiros do setor, ordens profissionais e sindicatos.

Nomeação e funcionamento do Comité de Ética para as Ciências e Novas Tecnologias da Saúde

Nomear os membros do Comité de Ética para as Ciências e Novas Tecnologias da Saúde, nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 20/2020/A, de 10 de agosto e garantir as condições necessárias para o seu funcionamento.

PROMOVER UMA SOCIEDADE INCLUSIVA, JUSTA, SOLIDÁRIA E PARTICIPATIVA

A promoção de uma sociedade açoriana mais inclusiva, justa, solidária e participativa, assenta numa visão estratégica dirigida aos açorianos, em particular, às crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência, e concretiza-se através dos seguintes programas e medidas:

- **Implementação do Regime Jurídico do Apoio ao Cuidador Informal na RAA**
- **Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social**
- **Aumento das condições habitacionais do parque habitacional público**
- **Reforço de respostas sociais – investimento público em infraestruturas**
- **Prevenção e combate à violência doméstica e de género e a todas as formas de discriminação**
- **Potenciar as residências de apoio ao doente deslocado na Terceira, S. Miguel e Faial**
- **Orçamento Participativo dos Açores**

Implementação do Regime Jurídico do Apoio ao Cuidador Informal na RAA

Uma parte significativa da população dependente mantém-se no seu domicílio, sem necessidade de institucionalização, por via do desempenho dos Cuidadores Informais. Importa criar condições para que estes Cuidadores possam assumir este papel, devidamente capacitados para o ato de cuidar e simultaneamente promovendo o seu bem-estar físico e emocional, apoiando-os com medidas que facilitem também a conciliação desta missão com a sua vida familiar, social e profissional. Os objetivos a alcançar são:

- Capacitar os cuidadores através de formação adequada;**
- Reforçar a oferta de respostas sociais que permitam o descanso do cuidador, quer através do acolhimento temporário em estruturas residenciais, quer através do reforço da resposta do serviço de apoio domiciliário;**
- Promover o bem-estar dos Cuidadores através de disponibilização de apoio psicológico e psicossocial e promoção de grupos de auto ajuda;**
- Melhorar as condições de segurança das residências, com a eliminação de barreiras arquitetónicas;**
- Reforço do rendimento dos Cuidadores Informais através da concessão de um apoio financeiro específico.**

Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social

A Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social foi concebida para ser executada num horizonte de dez anos, no período 2018-2028, assenta num problema multidimensional, e passa por potenciar um conjunto de mecanismos que melhorem a articulação e a coerência das políticas públicas em áreas como a educação e formação, a saúde, o emprego e a solidariedade social. Estão em execução planos de ação bianuais, localizados em territórios definidos como necessitados de intervenção prioritária. São objetivos específicos a atingir:

- **Assegurar a todas as crianças e jovens, desde o início de vida, um processo de desenvolvimento integral e inclusivo, nomeadamente, através do aumento do acesso de crianças na primeira infância a respostas sociais e educativas;**
- **Reforçar a coesão social através do alargamento das respostas direcionadas para idosos;**
- **Reforçar a coesão social através da requalificação técnica das respostas sociais destinadas a pessoas com deficiência e promoção da sua integração no mercado de trabalho;**
- **Reforçar e renovar o parque automóvel das IPSS, de forma a garantir a capacidade de resposta adequada às necessidades das famílias e à coesão territorial.**

Pretende-se assim atingir os seguintes resultados:

- **Reduzir 5%, a partir de 2021, no valor das mensalidades em Creche assumidas pelas Famílias, facilitando o acesso a esta resposta social;**
- **Diminuir em 10% a taxa de retenção escolar através da criação de Pontos de Apoio ao Estudo, para apoio no estudo de crianças e jovens de famílias com menores rendimentos;**
- **Reforço anual médio de 4 novas creches familiares até 2024, através de formação a amas e apoio à adaptação de instalações e equipamentos, em zonas onde o número de crianças não justifica a criação de creches;**

- Aumentar a capacidade de resposta dos Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil através do reforço de 3 recursos humanos, a partir de 2021 e de 20 novas vagas em 2022;
- Alcançar uma taxa e cobertura da resposta de creche de 55% em 2023, através do reforço das vagas abrangidas por contratos de cooperação entre IPSS e ISSA;
- Reforçar a capacidade técnica dos recursos humanos das respostas sociais da área da infância, abrangendo em formação contínua, anualmente, 25% dos trabalhadores das IPSS afetos a esta área;
- Aumentar em 10%, até 2023, o número de utentes do Serviço de Apoio Domiciliário, de forma a promover a permanência na sua residência, evitando a institucionalização;
- Incrementar, anualmente, em 20 o número de “Famílias de Acolhimento para Idosos”, como forma alternativa à institucionalização;
- Reforçar o corpo técnico das Estruturas Residências para Idosos, nomeadamente na área da saúde, e aumentar a capacidade de resposta nesta área em 25% até 2023;
- Reforçar a integração de cidadãos com deficiência no mercado de trabalho, proporcionando acesso a pelo menos, 20 pessoas, anualmente;
- Reforçar a capacidade técnica dos recursos humanos das respostas sociais da área da deficiência, abrangendo em formação contínua, anualmente, 25% dos trabalhadores das IPSS afetos a esta área;
- Aumentar a capacidade de resposta na área da deficiência através da criação de 140 novas vagas até 2025, das quais 120 até 2023, assim como a criação de 5 novos Centros de Atividades Ocupacionais;
- Reforçar e renovar o parque automóvel das IPSS de forma a melhorar a capacidade de resposta à população (crianças, idosos, pessoas com deficiência) e a sustentabilidade ambiental através da aquisição de 80 viaturas até 2023.

Aumento das condições habitacionais do parque habitacional público

Segundo o diagnóstico elaborado para servir de apoio à “Agenda para a Habitação nos Açores, 2017-2031”, em termos globais, o maior problema desta área, na Região, é o mesmo do resto do país e, em grande parte, do resto do mundo ocidental, que é o de conseguir ter uma oferta pública de habitação a preços acessíveis aos rendimentos das famílias. Além disso, é preciso manter o investimento na reabilitação das habitações existentes e na recuperação de imóveis devolutos, para aumentar a oferta pública de habitação, numa lógica de eficiência material, e de respeito pelo património construído e pelo ambiente, recorrendo a construção de habitação nova apenas como último recurso.

Assim, como conclusões da "Agenda para a Habitação nos Açores 2017-2031", podemos afirmar que, na próxima década, a Região terá de apostar em 3 grandes eixos, a saber:

- **Aumento da oferta pública da habitação;**
- **Aumento do apoio para reabilitação do parque habitacional da RAA;**
- **Aumento do apoio ao arrendamento de habitação permanente.**

A RAA terá de continuar a apostar fortemente na reabilitação urbana, que tem mantido o estado de conservação do património habitacional da Região acima da média nacional. Nesta área é necessário um forte impulso na reabilitação do parque habitacional público, reforçando o esforço que tem vindo já a ser feito pela Região, mas que não está a conseguir atenuar a descida do estado de conservação desse parque. Os investimentos concretizar-se-ão através de:

- **Aumentar a habitabilidade do parque habitacional, com intervenção em ações de reabilitação urbana e no apoio à recuperação da habitação privada de famílias carenciadas;**
- **Converter edificado público não habitacional em habitacional, bem como operacionalizar um plano de fomento do arrendamento jovem (nomeadamente, transformação de AL em arrendamento de longa duração, reabilitação dos centros urbanos);**
- **Fomentar a conclusão da reconversão dos bairros sociais degradados;**
- **Aumentar a percentagem de habitação pública que cumpre a legislação atual sobre habitação, essencialmente os requisitos da eficiência energética.**

Reforço de respostas sociais – investimento público em infraestruturas

Estabelecimento de um plano integrado de reabilitação, ampliação e construção de equipamentos sociais nas áreas das crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência, complementar aos investimentos previstos na Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social.

Os investimentos englobam intervenções nas tipologias de creches, centros de atividades de tempos livres, centros de atividades ocupacionais, centros de apoio à deficiência, lares residenciais, centros de acolhimento temporário, centros de dia, estruturas residenciais para idosos e residências de autonomização.

Prevenção e combate à violência doméstica e de género e a todas as formas de discriminação

O III Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, vigente entre 2019 e 2022, tem o intuito de dar continuidade à intervenção regional no âmbito da prevenção e combate à violência doméstica e de género e a todas as formas de discriminação, com a consciência de que a violência doméstica é uma problemática significativa na Região. Com efeito, no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), em 2019, os Açores registaram a taxa de incidência de violência doméstica por mil habitantes mais elevada do país (4,1), tendência que tem sido semelhante nos relatórios homólogos de anos anteriores. Por seu lado, o Inquérito à Violência de Género - Região Autónoma dos Açores (2019) revela não haver diferenças significativas em relação à violência em geral e à violência doméstica em particular, quando comparado com o homólogo de 2009. Pretende-se concretizar os seguintes objetivos específicos:

- **Prevenir e combater a violência doméstica e de género, através da elaboração de campanhas de prevenção e de sensibilização;**
- **Garantir a proteção e apoio a vítimas, através do reforço do Fundo de Suporte Socioeconómico a Vítimas de Violência Doméstica;**
- **Criar de apartamentos de autonomização a vítimas de violência doméstica;**
- **Criar um programa/bolsa de emprego para vítimas de violência doméstica e de género;**
- **Consolidar estratégias de intervenção dirigidas a vítimas e dirigidas a agressores, através de formação e supervisão aos técnicos aplicadores de programas psicoeducacionais dirigidos a vítimas, a agressores, a crianças e jovens expostos a violência e a crianças e jovens autores de violência filiofamiliar, assim como de avaliação de eficácia destes programas;**
- **Consolidar estratégias de intervenção dirigidas a vítimas, através de momentos de supervisão e de intervenção aos técnicos de apoio à vítima, com vista à promoção da qualidade e eficácia dos serviços;**
- **Formar e qualificar profissionais sobre a violência doméstica e de género, violência no namoro e/ou novas formas de violência, assim como o combate às múltiplas discriminações, através de ações de formação a técnicos de apoio à vítima de todas as ilhas da RAA e a profissionais que intervêm direta ou indiretamente nestas matérias;**
- **Conhecer, monitorizar e avaliar o fenómeno, através da criação de plataforma de trabalho digital dirigido aos técnicos de apoio à vítima, que congregue um sistema de informação e monitorização e um website de informação dirigido ao público em geral;**
- **Conhecer, monitorizar e avaliar o fenómeno, através da promoção de estudos de avaliação da proteção e intervenção junto de vítimas de violência doméstica e de género na RAA;**
- **Promover a igualdade de oportunidades e prevenir todas as formas de discriminação, através do apoio financeiro e acompanhamento a projetos que visem trabalhar essas matérias.**

Potenciar as residências de apoio ao doente deslocado na Terceira, S. Miguel e Faial

No âmbito da deslocação de utentes do Serviço Regional de Saúde às ilhas com hospital, e enquadrado na legislação em vigor, deverão ser potenciadas e divulgadas as residências existentes na Terceira, São Miguel e Faial.

Orçamento Participativo dos Açores

O Orçamento Participativo dos Açores tem vindo a assumir-se como um instrumento revelador do espírito solidário e participativo dos açorianos, incluindo uma elevada participação de jovens, de todas as ilhas, contribuindo desta forma para um aumento da coesão da Região.

Neste sentido, e numa perspetiva de contributo para a participação democrática dos açorianos na vida pública e na determinação dos investimentos a realizar de acordo com a vontade popular, será reforçado e alargado anualmente o âmbito do orçamento participativo dos Açores.

TRANSFORMAR A ECONOMIA DOS AÇORES

A visão estratégica para transformar e fortalecer a economia dos Açores, assenta no Roteiro para Transformação Digital dos Açores, na potenciação dos recursos endógenos e na consolidação dos setores tradicionais, na melhoria da capacitação dos açorianos, na aposta no digital, na resiliência financeira das empresas e no aumento dos níveis de empregabilidade, propondo-se:

- **Recapitalizar o sistema empresarial dos Açores**
- **Transformação da Indústria e do Digital nas empresas**
- **Plano Estratégico para o Digital**
- **Promoção do Destino Turístico / Programa de Captação de Rotas**
- **Requalificação dos empreendimentos turísticos da Região**
- **Apoio à internacionalização, promoção e digitalização das empresas e associações do turismo no exterior**
- **Programa de investimento "Relançamento Económico da Agricultura"**
- **Programa de investimento "Uma agricultura mais resiliente"**
- **Programa de investimento "Notoriedade e Internacionalização dos Produtos Agroalimentares"**
- **Programa de investimento "Relançamento Económico da Pesca"**
- **Programa de investimento Açores + Circular**
- **Capacitação empresarial**
- **Dinamização da Marca Açores**

Recapitalizar o sistema empresarial dos Açores

A proposta de avançar com instrumentos financeiros decorre imediatamente da necessidade de capital para as empresas regionais, agravada com os efeitos da crise sanitária.

Uma primeira utilização do instrumento consiste no apoio à injeção de liquidez imediata nas empresas açorianas, através da aquisição do respetivo património imobiliário, dirigida a empresas sólidas e robustas, cuja retoma do mesmo dependerá apenas do tempo necessário ao regresso à normalidade. Uma outra variante consiste no apoio à modernização de atividade ou de alteração da estrutura produtiva, destinando-se a empresas ágeis, com mais de um ano de atividade, que, por via da prolongada quebra na procura, deixaram de ter sustentabilidade e que, por esse motivo, pretendem, ajustar o seu modelo de negócio ou entrar em novas áreas de negócio de elevado potencial e rentabilidade. Finalmente, uma terceira variante, que combina capital e empréstimos, tem por principal objetivo introduzir liquidez nas empresas que apresentem elevada capacidade de crescimento ou de transformação, com apostas em novas áreas de negócio, necessitando para tal de financiamento para acelerar ou precipitar processos de consolidação ou transformação. Desta forma pretende-se:

- **Garantir financiamento alternativo a empresas viáveis;**
- **Fomentar a transformação digital e a progressão na cadeia de valor das empresas açorianas;**
- **Fomentar o fortalecimento e o alargamento da base económica de exportação regional;**
- **Aumentar os níveis de resiliência do setor empresarial açoriano.**

Transformação da Indústria e do Digital nas empresas

A proposta de transformação da atividade industrial na Região e do fomento à transição digital das empresas regionais assenta na promoção de sistemas de incentivos de base regional e também da construção de uma infraestrutura logística no continente português, com o objetivo de reduzir o grau de dependência da Região, face a entidades externas, ao nível da gestão das cadeias de distribuição.

A atividade industrial teve sempre algum peso na geração de valor acrescentado regional, porém, registam-se dificuldades no desenvolvimento da sua estrutura produtiva, muito concentrada na área ligada ao setor dos laticínios e derivados. Deve promover-se a diversificação da indústria açoriana com base no potencial regional, reforçando o desempenho em matéria de inovação e fomentando o crescimento da produtividade. Um sistema de incentivos de base regional introduz apoios à industrialização de segmentos da produção regional, ou mesmo introdução de novas atividades transformadoras. Por outro lado, as pequenas e médias empresas regionais registam algum atraso em termos de digitalização e de realização de investimentos em tecnologia digital, bem como ao nível do recurso à utilização do comércio eletrónico. A implementação de um sistema de incentivos de base regional vem dar continuidade reforçada a medidas anteriores de sensibilização e mesmo de apoio à penetração do digital no quotidiano das empresas regionais. Finalmente, nesta medida está prevista a implementação de uma infraestrutura logística no território do continente, para efeitos de maior facilidade na distribuição dos produtos regionais transacionáveis no exterior. Esta infraestrutura permitirá aos produtores regionais ganharem escala e reduzirem o tempo de resposta aos clientes, melhorando a qualidade do serviço de distribuição. Permitirá igualmente, aumentar a fiabilidade e fidelidade do serviço prestado, incrementando o valor na transação e diferenciando o produto regional pela sua qualidade intrínseca.

Plano Estratégico para o Digital

No âmbito do Roteiro para a Transformação Digital dos Açores, será definida uma Estratégia para o Digital dirigida à iniciativa privada e às ações coletivas/clusters, devidamente articulada com o sistema de incentivos do próximo Quadro Comunitário de Apoio. Como tal, os incentivos deverão abranger desde o diagnóstico das empresas, passando pela presença online, trabalho em rede, consolidação e negócio de serviços digitais. O Plano Estratégico do Digital assentará, assim, nos seguintes vetores:

- **Diagnóstico da empresa, constituindo-se como a primeira fase do processo de digitalização e de definição, com apoio de consultadoria, de um plano de ação para a empresa;**
- **Diagnóstico setorial, constituindo-se como primeira fase do processo de criação de cadeias de valor e de cadeias de logística, com vista à definição de planos de ação dirigidos à criação de plataformas de cadeias de valor e de cadeias logísticas setoriais integradas e descarbonizadas;**
- **Apoios à implementação dos planos de ação.**

Promoção do Destino Turístico / Programa de Captação de Rotas

De especial interesse para o turismo regional, os transportes aéreos deverão merecer redobrado esforço, de modo a que, numa situação pós-pandemia, as acessibilidades extrarregionais e intrarregionais não impeçam o crescimento da atividade das empresas turísticas regionais e o seu contributo para a recuperação económica e social da Região.

No seguimento da melhoria das acessibilidades, revela-se necessário promover a dinamização e recuperação das empresas e dos profissionais ligados ao setor do turismo, largamente afetados com a situação pandémica, por forma a colmatar as perdas decorrentes da diminuição da sua atividade e, conseqüentemente, contribuir para a retoma económica do setor. Esta medida visa estimular o incremento de fluxos turísticos, dinamizar a atividade económica e aumentar a competitividade das empresas turísticas e dos profissionais do setor do turismo, contribuindo assim para a sustentabilidade do turismo dos Açores.

Pretende-se assegurar o reforço da oferta de lugares disponíveis nos voos entre as ilhas e com o exterior, seja através do reforço das obrigações de serviço público nos voos inter-ilhas e com o exterior para as rotas não liberalizadas, com o conseqüente reforço do seu financiamento, nos orçamentos regionais e nacionais, seja através da atração de operadores externos que se proponham efetuar ligações à Região, bem como a dinamização das empresas do setor do turismo que mais ficaram prejudicadas com a diminuição dos fluxos turísticos.

Requalificação dos empreendimentos turísticos da Região

Num destino que não se pretende massificado como os Açores, a aposta num turismo de maior exclusividade, conforto, bem-estar e com um nível de serviço mais elevado, gerado com poucos fluxos e viagens, mais valor na Região, é uma estratégia de enquadramento natural para o destino. Para isso, há que adaptar os empreendimentos turísticos, em especial a hotelaria, a este paradigma. Em 2019 46,2% dos empreendimentos turísticos da hotelaria tradicional dos Açores eram de 3 ou menos estrelas. Propõe-se com esta medida:

- Apoiar financeiramente a requalificação e adaptação dos empreendimentos turísticos ao upgrade dos níveis de conforto, bem-estar e exclusividade dos serviços prestados.

Apoio à internacionalização, promoção e digitalização das empresas e associações do turismo no exterior

Com as estimativas da Organização Mundial do Turismo para um processo de recuperação dos fluxos turísticos que existiam em 2019 ainda incerto e o setor do turismo não ter condições para retomar os fluxos turísticos anteriores. É necessário implementar medidas de apoio à promoção e notoriedade internacional, contribuindo para reforçar o suporte aos custos operacionais e ao emprego destas empresas, permitindo que se mantenham em funcionamento, mantendo os níveis de emprego. Prevê-se com estas medidas:

- **Apoiar campanhas de marketing e promoção;**
- **Apoiar estratégias de digitalização e virtualização das empresas;**
- **Apoiar custos operacionais de empresas do turismo enquanto perdurarem quebras significativas da faturação.**

Programa de investimento "Relançamento Económico da Agricultura"

Presentemente, nos Açores constata-se um desajustamento entre os níveis de produção primária de leite de vaca e as necessidades de matéria-prima das indústrias de laticínios, existindo a necessidade de conter a produção, sendo fundamental a disponibilização de instrumentos de apoio público para o efeito, sob pena de colocar-se em causa a sobrevivência dos produtores. Neste contexto, a conversão da produção de leite para carne de bovino, constitui uma alternativa interessante para os agricultores.

Por outro lado, verifica-se, em todo o setor agrícola, um défice ao nível do investimento privado na modernização e reestruturação de infraestruturas, mas também de inovação ao nível dos processos e aplicada ao produto, o que condiciona a competitividade das empresas açorianas do setor e a sua capacidade para criar valor, implicando uma acentuada necessidade de instrumentos de apoio público específicos para o investimento nessas áreas.

Acresce ainda que existe um conjunto de culturas, particularmente frutícolas, que por serem particularmente adaptadas às características edafoclimáticas da Região, constituem uma oportunidade de crescimento para o setor, implicando, todavia, custos de instalação e ausência de rendimento no seu período improdutivo, pelo que se torna fundamental, para o seu crescimento, o financiamento público. Importa, ainda, incrementar o investimento privado em investigação e inovação, tanto no desenvolvimento de novos processos, que contribuam para o aumento da eficiência das indústrias, como de novos produtos, diferenciados, que melhor correspondam às necessidades dos consumidores e permitam gerar mais valor, sendo esta uma necessidade transversal a todo o setor agrícola. Pretende-se com este programa:

- **Promover a reestruturação e relançamento dos setores do leite e laticínios, da carne de bovino, da vitivinicultura, da horticultura e da fruticultura;**
- **Promover a eficiência das explorações agrícolas, apoiando a implementação de plataformas digitais nas explorações e a prática de uma agricultura de precisão;**
- **Promover a criação de start-up's no setor agrícola.**

Programa de investimento "Uma agricultura mais resiliente"

A resiliência financeira das empresas, particularmente em contextos de crise, é fundamental para a manutenção da sua atividade e no acesso ao financiamento necessário à realização de investimentos de reestruturação e modernização. Tal é verdadeiro também para as empresas e cooperativas agrícolas e agroindustriais, sendo fundamental criar instrumentos que contribuam para garantir a resiliência financeira dessas entidades, designadamente de apoio aos custos de financiamento para investimento e normal desenvolvimento da respetiva atividade.

No atual contexto, resultante da pandemia de COVID-19, caracterizado pela diminuição de receitas, o acesso ao financiamento bancário em condições favoráveis e a redução do esforço que os respetivos encargos representam para as empresas, assumem particular relevância.

Por outro lado, constata-se que, presentemente, os níveis de financiamento das empresas ligadas ao setor agrícola, particularmente aquelas mais diretamente ligadas à fileira do leite e laticínios, são elevados. Deste modo revela-se de grande importância a disponibilização de instrumentos de apoio público que, no atual contexto e por forma a potenciar o desenvolvimento do setor, permitam assegurar a continuação do bom e normal relacionamento entre o setor agrícola e o setor financeiro. Pretende-se desta forma:

- Promover a resiliência financeira das empresas e cooperativas agrícolas e agroindústrias.

Programa de investimento "Notoriedade e Internacionalização dos Produtos Agroalimentares"

Os produtos agroalimentares açorianos são possuidores de elevada qualidade e características diferenciadoras sobejamente conhecidas. Todavia, constata-se que a notoriedade dos mesmos, isto é, a perceção que os consumidores têm, nos mercados externos à Região, onde se destaca o mercado continental português, não acompanha a sua qualidade. Urge, portanto, num mercado globalizado e cada vez mais competitivo, promover a imagem dos nossos produtos, dando-os a conhecer aos consumidores do mercado nacional e de mercados emergentes e de proximidade semelhantes ao português.

Com esse propósito, é fundamental a promoção de ações de comunicação e campanhas promocionais, junto dos consumidores mas também das cadeias de distribuição alimentar, bem como a realização de mostras e provas, que contribuam para o aumento da notoriedade dos produtos agroalimentares açorianos, com o propósito de incrementar a performance exportadora das nossas empresas agrícolas. Pela sua vocação exportadora, tal é particularmente relevante para as fileiras do leite e laticínios, da carne de bovino e do vinho.

Pretende-se assim:

- **Promover e apoiar ações de comunicação e campanhas promocionais, com vista à internacionalização e exportação dos produtos agroalimentares dos Açores, para mercados de proximidade e emergentes, de perfil de consumidor idêntico ao do mercado português;**
- **Promover um plano de comunicação articulado com o setor, focado na proposta de valor e dirigido ao mercado português continental, com o desenvolvimento de ações de comunicação e promoção junto das principais cadeias de distribuição alimentar portuguesas, bem como junto dos principais chefs de cozinha na divulgação e uso dos produtos agroalimentares açorianos nos respetivos restaurantes;**
- **Promover a realização de mostras e provas online, dirigidas a mercados específicos, como sejam os mercados de proximidade e emergentes, dos produtos agroalimentares açorianos, para maior divulgação e internacionalização dos mesmos.**

Programa de investimento "Relançamento Económico da Pesca"

Os Açores têm a grande responsabilidade de proteger, conservar e utilizar, de forma sustentável, o mar e os seus recursos, em particular os recursos da pesca, atividade tradicional com uma enorme importância socioeconómica na Região.

A atividade da pesca enfrenta, desde há vários anos, desafios fundamentais para o seu futuro. A diminuição dos recursos, em algumas espécies, está obviamente no centro desses desafios e é responsável pela quebra de rendimentos que se verifica na fileira da pesca. Mais recentemente, a crise gerada pela pandemia de COVID19 veio acentuar essa quebra de rendimentos, fragilizando ainda mais as condições socioeconómicas das comunidades piscatórias.

A estratégia de gestão racional e responsável dos recursos haliêuticos nos Açores tem-se baseado não só na salvaguarda da biodiversidade marinha existente dentro da sua zona marítima envolvente, como também na manutenção da exploração dos recursos em níveis que permitam a sua perpetuação temporal, garantindo a sustentabilidade e coesão, das pessoas, das empresas e das instituições da fileira da pesca.

O desafio do futuro será pescar menos e vender melhor, promovendo a I&D dirigida ao setor, fomentando pescarias sustentáveis e mais rentáveis, diversificando atividades e marcando a diferença pela qualidade dos produtos, permitindo que os rendimentos gerados na cadeia de valor sejam distribuídos com maior benefício e equidade no setor, e garantindo, simultaneamente, a qualificação e a dignificação das condições de trabalho dos profissionais da pesca. Pretende-se com este programa:

- **Promover a aquisição e consumo de pescado açoriano, junto das grandes superfícies comerciais, sensibilizando também para a escolha adequada do pescado;**
- **Contribuir para a sensibilização das populações para o uso responsável dos recursos marinhos, o valor social e lúdico das experiências turísticas relacionadas com o mar e a importância dos circuitos curtos de comercialização para o “comércio justo”;**
- **Contribuir para a diminuição da pegada ecológica do setor das pescas dos Açores;**
- **Impulsionar a economia circular e o aproveitamento dos subprodutos da pesca;**
- **Estimular a valorização do Mar e dos seus recursos ao nível de cada ilha;**
- **Disponibilizar novas ferramentas para a formação dos profissionais da pesca dos Açores;**
- **Assegurar a requalificação da Lota de Ponta Delgada, garantindo a melhor valorização do pescado descarregado em São Miguel e a agilização dos procedimentos de monitorização dos recursos da pesca;**
- **Promover a valorização do atum regional;**
- **Promover a criação de um cluster da fileira da pesca.**

Programa de investimento Açores + Circular

Este programa visa criar condições para que os atores da sociedade e da economia da Região possam responder de forma positiva numa futura situação de adversidade, procurando minimizar os efeitos da geolocalização do arquipélago dos Açores e, contribuindo para aumentar a resiliência da economia açoriana. Esse desiderato concretizar-se-á, quer pela diversificação na produção de bens e prestação de serviços, assentes nas premissas europeias das transições digital e ecológica, quer pelo incremento e valorização dos produtos endógenos que promovam uma economia mais circular, com o objetivo final de reduzir a dependência de entidades terceiras (exteriores à Região). Desta forma pretende-se:

- **Criar um ecossistema social e económico fértil, para prosperarem projetos inovadores que promovam produtos regionais, por forma a criar diversidade de cadeias de valor assentes num modelo de economia circular, verde e azul, reduzir dependência de cadeias de valor externa e ajudar a captar e fixar jovens empreendedores, em ilhas com menor densidade populacional;**
- **Enraizar na sociedade açoriana, por via da educação e formação nos locais de ensino, de trabalho, de lazer, e outros, comportamentos e atitudes alinhadas com as melhores práticas individuais e coletivas que contribuam para uma alimentação saudável e ambientalmente sustentável;**
- **Diferenciar os produtos açorianos pela qualidade e singularidade, para alargar o leque de oferta de produtos com potencial de exportação, reduzindo a diferença entre as exportações e as importações.**

Capacitação empresarial

Num quadro concorrencial acrescido e com avanços tecnológicos contínuos, as empresas açorianas, principalmente as que operam na produção transacionável, necessitam de se adaptar rapidamente às novas exigências, para que desde a concessão do produto ou serviço, passando pela sua produção, comercialização e pós-venda, possam crescer e aproveitar as oportunidades do mercado que surjam de integração nas cadeias de valor.

Para dinamizar este novo ambiente à volta das empresas é necessária uma proposta de atividades e de apoios, quer para as empresas já instaladas, quer para as empresas em formação. A promoção muito diversificada e abrangente de ações, por exemplo, sessões de capacitação aos gestores de empresas, nos domínios da inovação, da digitalização, da sustentabilidade, a promoção de eventos com prémios para as melhores ideias de negócio, a atribuição de vales e vouchers de pequeno montante, fora da lógica tradicional do sistema de incentivos, mas que permitam obter conhecimento, experiência e *expertise* externa, tendo como alvo principal os jovens empresários e os universitários que entram na vida ativa, a ajuda à promoção do autoemprego, entre outras e variadas atividades disseminadas pelo território regional, constituem o core desta medida que visa manter um ambiente ativo, dinâmico e desafiador, procurando dinamizar e renovar procedimentos da classe empresarial.

Dinamização da Marca Açores

A utilização da Marca Açores nos produtos e serviços açorianos tem sido um fator diferenciador, melhorando o nível de afirmação e de exportação dos mesmos nos mercados nacionais e internacionais. Justifica-se que continue a ser dinamizada, enquanto marca territorial que identifica a oferta dos Açores, quer ao nível da promoção turística, quer ao nível da divulgação dos seus produtos e serviços, contribuindo para o crescimento da produção e, assegurando condições estruturantes para que as empresas regionais progridam na cadeia de valor, aumentem a sua competitividade e promovam a criação de emprego e de riqueza.

V APOSTAR NA INOVAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento sustentado da economia dos Açores, ao ser alavancado pelos investimentos estruturantes em inovação, investigação e desenvolvimento, potenciará os resultados a alcançar no futuro e fortalecerá a posição geoestratégica dos Açores através do:

- **Desenvolvimento do “Polo Espacial dos Açores”**
- **Desenvolvimento do “Cluster do Mar dos Açores”**
- **Programa para acelerar a qualificação das empresa e da sociedade**
- **Programa de captação de investidores e de inovação – Açores “Incubadores”**
- **Reforço do Investimento em Formação altamente qualificada**
- **Novas Tech**

Desenvolvimento do “Polo Espacial dos Açores”

Esta medida enquadra-se na aposta do Governo dos Açores em reforçar o desenvolvimento do setor espacial na RAA, quer no respeitante ao tecido empresarial, quer ao sistema científico e tecnológico. Esta aposta, que data de há cerca de uma década, tem permitido a implementação de algumas infraestruturas até ao presente e, está na génese da Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço, da Associação RAEGE Açores e da integração da RAA na Agência Espacial Portuguesa, assim como da sua participação na criação de legislação nacional e regional nesta área e da Estratégia Nacional para o Espaço (Portugal Espaço 2020-2030). A continuidade desta aposta traduzir-se-á na criação de uma Entidade Regional do Espaço e na produção de uma Estratégia Regional para o Espaço.

O Desenvolvimento do "Polo Espacial dos Açores" visa permitir a implementação e operação de um conjunto de infraestruturas que se pretende venham complementar a vantagem competitiva da RAA que resulta naturalmente da sua localização central no Atlântico Norte e do seu contexto geopolítico. Sendo reconhecido, a nível global, o potencial da RAA para acolher infraestruturas que permitam o acesso ao Espaço, a sua observação e a receção de dados dele provenientes, é necessário criar condições para as mesmas continuem a surgir (diretamente por via de investimento público e da criação de condições favoráveis ao investimento privado), bem como postos de trabalho em condições atrativas (emprego direto qualificado e emprego indireto de natureza diversa). Prevê-se com este projeto, para além de disponibilizar meios para o desenvolvimento das atividades espaciais, potenciar o desenvolvimento de aplicações de dados diversas, para fins científicos e tecnológicos, com interesse público e privado.

Desta forma, pretende-se:

- Elaborar a Estratégia Regional para o Espaço;
- Assegurar a constituição de equipa multidisciplinar para a gestão dos projetos aeroespaciais;
- Assegurar a conclusão e dinamização do projeto RAEGE nos Açores;
- Reforçar a participação da Região no Programa Space Surveillance and Tracking, através da implementação de sensores para monitorização de lixo espacial;
- Reforçar o contributo da Região para a Agência Espacial Portuguesa, através da disponibilização das instalações da sede na ilha de Santa Maria;
- Assegurar a implementação do Space Port na ilha de Santa Maria, nomeadamente a disponibilização dos terrenos para a respetiva instalação e a melhoria das infraestruturas de acessibilidade à ilha e local de implementação, assim como de uma zona de testes de motores dos lançadores;
- Assegurar a fixação do projeto Space Rider, da Agência Espacial Europeia (ESA), no aeroporto da ilha de Santa Maria;
- Assegurar a participação da Região na infraestrutura Square Kilometre Array (SKA), integrada no ESFRI e RNIIE, através da recuperação da antena da Altice na Fajã de Baixo;
- Contribuir para a conclusão da infraestrutura de observação e monitorização do Atlântico “Atlantic Constellation”;
- Apoiar a implementação e operacionalização do sub-sistema VTS costeiro na Região Autónoma dos Açores e consequente instalação de unidade de monitorização e formação na Escola do Mar.

Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores"

Os Açores, pela sua natureza insular e arquipelágica, localizados no Atlântico Norte, têm naturalmente uma vocação para as ciências do mar, domínio onde o sistema científico regional é reconhecido, participando em vastas redes de cooperação com instituições nacionais e internacionais.

O investimento previsto nesta medida pretende dar resposta às necessidades em infraestruturas físicas fixas e móveis, no âmbito da investigação das ciências do mar e sua articulação com o setor económico, reforçando o Conhecimento e Inovação nas áreas ligadas ao mar, com o objetivo estratégico de alavancar e promover o potencial económico da economia azul e assegurar a sustentabilidade ambiental e dos recursos.

Foi identificado como investimento fundamental a criação de um centro experimental de investigação e desenvolvimento ligado ao Mar, partilhável com as instituições do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores e as empresas, indutor de I&D em áreas tradicionais e emergentes, como as áreas das pescas e produtos derivados, da aquicultura, da biotecnologia marinha, dos biomateriais e recursos minerais, ou das tecnologias e engenharias marinhas. No âmbito da operacionalização deste centro (tecnopolo MARTEC) prevê-se a associação a uma "Incubadora Azul" e o estabelecimento de parcerias, designadamente, com centros de investigação regionais, nacionais e europeus, bem como com a Escola do Mar e empresas tecnológicas.

Ao nível das infraestruturas móveis destaca-se a necessidade de substituição do "Arquipélago" por uma plataforma moderna com altos padrões tecnológicos em termos de equipamentos e com elevado desempenho energético e, com capacidade de resposta às necessidades atuais nas áreas da investigação e monitorização marinha, capacidade de operação a grandes profundidades, com equipamentos modernos de investigação e de comunicação de dados, posicionamento dinâmico e capacidade para operar veículos de controlo remoto, redes pelágicas, dragas, box-cores.

Pretende-se com esta medida:

- **Assegurar a substituição do navio de investigação "Arquipélago", por uma plataforma moderna com altos padrões tecnológicos em termos de capacidades e de equipamentos e com elevado desempenho energético;**
- **Assegurar a criação do centro tecnopolo MARTEC, um centro experimental de investigação e desenvolvimento ligado ao Mar, partilhável com as instituições do SCTA, as empresas, e a Escola do Mar, indutor de I&D em áreas tradicionais e emergentes, como as áreas das pescas e produtos derivados, da aquicultura, da biotecnologia marinha, dos biomateriais e recursos minerais, ou das tecnologias e engenharias marinhas.**

Programa para acelerar a qualificação das empresas e da sociedade

Os Açores possuem desafios estruturantes no que concerne ao aproveitamento sustentável dos seus recursos podendo, com isto, gerar mais valor e riqueza para distribuir de forma justa.

Por outro lado, e para que se atinjam os objetivos inerentes à criação de cadeias de produção com valor acrescentado, urge continuar a qualificar a sociedade, em especial as empresas, criando condições para que haja uma maior permeabilidade entre as entidades que “produzem ciência” e o tecido empresarial.

Uma das formas mais eficazes de concretizar esse objetivo passa, por incrementar os níveis de formação avançada - doutoramento e pós-doutoramento -, bem como pela atração e fixação de quadros altamente qualificados nos Açores, em contexto do sistema científico ou no tecido empresarial. É no contexto global de uma forte aposta na transição digital e para uma economia verde, e tendo em consideração a emergência de novos desafios sociais relacionados com a sustentabilidade, que esta aposta ganha uma nova importância.

O programa tem como objetivos acelerar a transformação do tecido empresarial e o modo como a ciência e a inovação contribuem de forma líquida para a geração de valor, bem como melhorar os índices de permeabilidade e de transferência de tecnologia entre os diferentes intervenientes, em especial em áreas onde há “massa crítica em quantidade”, como são as áreas do crescimento verde e da economia azul, assim como as áreas emergentes, nomeadamente o digital, o espaço e a qualidade de vida. Pretende-se com este programa:

- **Aumentar o nível de qualificação dos trabalhadores das empresas para um patamar avançado e com forte preparação científica;**
- **Fomentar a contratação de quadros altamente qualificados e diferenciados, por parte das empresas e das entidades públicas e privadas integrantes do sistema científico e tecnológico dos Açores;**
- **Captar e fixar quadros qualificados em áreas cruciais para a sociedade açoriana, em particular nas geradoras de maior valor acrescentado e baseadas na utilização sustentável dos recursos.**

Programa de captação de investidores e de inovação - Açores “Incubadores”

O desafio concreto deste programa consubstancia-se em criar as ferramentas essenciais e necessárias para que as circunstâncias arquipelágicas dos Açores, se transformem em catalisadores de novos e ambiciosos projetos, por exemplo, nas vertentes do digital, das energias renováveis, da biotecnologia, entre outras.

Posicionar os Açores como região atrativa para fixação temporária e intermitente de quadros altamente especializados, no âmbito do projeto nacional '*e-Residency*' é o objetivo estratégico desta medida. O projeto '*e-Residency*' visa permitir que cidadãos estrangeiros obtenham uma identificação digital portuguesa, com o objetivo de criarem empresas remotamente (online), tirando assim partido dos serviços nacionais desmaterializados e simplificados que já existem. Este projeto almeja atrair empreendedores, nomeadamente, os nómadas digitais, para os Açores e, como tal, os pressupostos do projeto '*e-Residency*' serão alargados à condição da presença física desses empreendedores nos Açores. Como contrapartida, durante a sua estada na Região, qualificarão quadros nas áreas de negócio em que operam e terão especializados, criando assim novas oportunidades de negócio, abrindo as fronteiras ao mercado de trabalho dos cidadãos e empresas regionais e contribuindo para o enriquecimento do conhecimento nos Açores. Complementarmente, será criada uma Zona Livre Tecnológica (ZLT) nos Açores, dando impulso aos parques tecnológicos já existentes nos Açores (Nonagon, Terceira *TechIsland*, Terlnov e *AirCenter*), na promoção de I&D, experimentação e produção de tecnologias disruptivas.

Como estratégia de longo prazo, para fixação de projetos inovadores, disruptivos e de valor acrescentado para a economia dos Açores, desenvolvidos no seio dos Açores “Incubadores” (laboratório vivo) é fundamental criar condições para a fixação de quadros especializados, bem como criar novos empregos e mais qualificados. Será dada prioridade a áreas que contribuem para a criação de valor social e económico dos Açores, focadas na inovação, experimentação, I&D em domínios como as tecnologias de informação e comunicação, (*blockchain*, inteligência artificial), energia renovável, exploração da biodiversidade do ecossistema do arquipélago e inovação em setores tradicionais. Estes incentivos assentarão em apoios à fixação através de subsídios ou pela oferta de habitação de entre o parque habitacional, originariamente destinado a Alojamento Local e convertido em arrendamento de longa duração, em resultado da operacionalização de outras medidas previstas pelo Governo dos Açores.

Desta forma pretende-se:

- **Tornar a RAA num polo atrativo para investidores, quadros altamente especializados e investigadores;**
- **Incentivar a geração de conhecimento altamente diferenciador na sociedade e na economia açorianas, por via do desenvolvimento de projetos inovadores, suportados em recursos endógenos e que promovam a investigação e desenvolvimento em torno da sustentabilidade e recuperação ambiental ou nas novas e emergentes tecnologias como a inteligência artificial ou a computação de alto desempenho;**
- **Gerar emprego qualificado e capacitar quadros das empresas açorianas em áreas altamente especializadas, para criar robustez na economia regional, através da redução de dependência de cadeias de valor externas e através da diversificação de produtos inovadores gerados na Região.**

Reforço do Investimento em formação altamente qualificada

O alcance da visão de construção de uns Açores mais resilientes pressupõe, como já referido, a criação de novos empregos e mais qualificados, bem como o fomento de sinergias entre a I&D, a inovação, a experimentação, e as empresas açorianas, de modo a incrementar a economia do conhecimento e a criação de novas áreas de negócio ou a inovação dos setores tradicionais, robustecendo a economia açoriana. Assim, será reforçado o investimento para atribuição de um maior número de bolsas de estudo de doutoramento e pós-doutoramento, privilegiando-se as áreas do conhecimento que potenciem os atuais setores estratégicos e aqueles setores emergentes com alto potencial estratégico para os Açores.

Novas Tech

Desenvolvimento de uma iniciativa de formação em e-Learning e/ou b-Learning em vertentes funcional e técnica, orientadas para as áreas emergentes e tendencialmente globais (tecnologias abertas, blockchain, machine learning, big data, cibersegurança, e.g.). Esta medida é destinada a qualquer pessoa com interesse em aprender ou aprofundar conhecimentos nestas áreas e que cumpra requisitos mínimos de acesso. Pretende-se, assim, incrementar a oferta de quadros técnicos especializados nestas áreas, de forma a estimular o desenvolvimento das empresas açorianas em alinhamento com as tendências globais tecnológicas.

V | INCENTIVAR A TRANSIÇÃO ECOLÓGICA

O combate às alterações climáticas, a aposta na transição ecológica e a aplicação dos princípios do desenvolvimento sustentável, posicionarão os Açores na vanguarda das regiões europeias ao nível da sustentabilidade ambiental através de:

- **Transição energética nos Açores – clima, energia e mobilidade sustentável**
- **Requalificação da mobilidade suave e infraestrutura de carregamento elétrico**
- **Fomento da mobilidade elétrica nos Açores**
- **Programa de investimento "Uma agricultura e uma floresta mais sustentáveis"**
- **Requalificação de pontos de interesse turístico em matéria de ordenamento do território e em matéria de informação digital**
- **Suporte às construções e adaptação de infraestruturas para materiais e equipamentos mais verdes, ecológicos e sustentáveis - Apoio à certificação de sustentabilidade das empresas do turismo digital**
- **Requalificação de trilhos pedestres e galerias ripícolas em áreas protegidas**
- **Açores +3R – Redução, Reciclagem, e Reaproveitamento de Resíduos**

Transição energética nos Açores – clima, energia e mobilidade sustentável

O contexto insular dos Açores, maioritariamente dependente de importações de combustíveis fósseis e com cadeias de abastecimento limitadas, é um importante estímulo para a aposta na inovação e para a identificação do arquipélago como um laboratório vivo de excelência para a transição energética. A redução do consumo de energia primária, colocando em evidência a importância da eficiência energética, reduz a dependência das importações, reduzindo igualmente a vulnerabilidade da Região às flutuações de preços dos mercados internacionais de energia e equilibrando a balança comercial o que, por sua vez, se traduz numa redução de custos e num ambiente económico mais estável, propício ao investimento.

Neste sentido, é prioritário estimular a participação da RAA no âmbito da transição energética, contribuindo para a redução de consumos e de emissões de gases com efeito de estufa, a importação de conhecimento, o posicionamento dos Açores no seio da Europa e o investimento em novos serviços e tecnologias, e assegurando os compromissos dos Açores como região da UE líder na transição energética. Este programa aqui apresentado visa capacitar a Região de infraestruturas que permitam lançar as bases para o desenvolvimento da área do conhecimento e novos setores de mercado relacionados com as energias limpas, tornando os Açores uma referência, quer do ponto de vista da neutralidade carbónica, quer do ponto de vista do conhecimento, investigação, desenvolvimento e experiência adquiridos. Por outro lado, com vista ao equilíbrio da balança comercial, um menor impacto no ambiente e redução da dependência do exterior, é essencial promover alternativas sustentáveis de mobilidade, nomeadamente através da mobilidade elétrica. Pretende-se com este programa:

- **Catalisar a investigação e o desenvolvimento na área das energias renováveis, por via do desenvolvimento de projetos inovadores, suportados em parcerias com a academia, centros de investigação, entidades públicas e investidores privados, para posicionar a Região como pioneira no caminho da transição ecológica, gerando emprego qualificado (fator fundamental para captação de quadros técnicos especializados), e oportunidades para a criação de novos produtos e métodos;**
- **Fomentar a utilização de energia produzida a partir de recursos naturais, para tornar os Açores numa referência internacional na transição ecológica;**
- **Construir uma rede de produção, armazenamento e transporte de hidrogénio, para tornar a Região autossuficiente do ponto de vista energético no que toca à mobilidade rodoviária e marítima;**
- **Capacitar as empresas açorianas do setor da construção (gabinetes de arquitetura, empresas e trabalhadores de construção civil) com técnicas e metodologias de desenho e construção que fomentem a construção ecológica, energeticamente eficiente e antissísmica, para tornar a Região altamente competitiva neste setor de mercado, criando novas oportunidades de negócio a nível regional, nacional e internacional.**

Requalificação da mobilidade suave e infraestrutura de carregamento elétrico

De acordo com o Plano Nacional de Energia e Clima 2030, "Atingir a neutralidade carbónica em 2050 implica a total descarbonização do sistema electroprodutor e da mobilidade urbana (...) A descarbonização da mobilidade e dos transportes assume no horizonte 2030 um enfoque especial, já que este é um dos setores com maior importância em termos das emissões nacionais de GEE (gases com efeito de estufa). A próxima década será de mudança de paradigma neste setor (...) O aumento de procura de mobilidade de passageiros deverá ser assegurado quer com mais transporte público, com recurso a veículos de baixas emissões, quer com a generalização do transporte partilhado, apostando-se ainda num aumento da expressão dos modos ativos na mobilidade de curta distância."

O transporte individual é o principal meio de transporte terrestre nos Açores. Com vista ao equilíbrio da balança comercial, menor impacto no ambiente e redução da dependência do exterior, é essencial promover alternativas sustentáveis de mobilidade, nomeadamente pelos modos suaves do andar a pé ou de bicicleta. Um dos fatores essenciais à preponderância desses modos de mobilidade é a existência de infraestruturas adequadas, nomeadamente faixas pedonais e cicláveis, com segregação segura e suficiente em relação à rede viária existente, assim como infraestruturas de apoio como parques de estacionamento.

Por outro lado, com vista à promoção da mobilidade elétrica, é também essencial promover a existência de uma rede de carregamento pública alargada que satisfaça as necessidades de carregamento dos utilizadores. Desta forma, prevê-se:

- **Implementar uma rede pedonal e de ciclovias com vista à promoção dessas formas de mobilidade;**
- **Ampliar a rede pública de pontos de carregamento para veículos elétricos.**

Fomento da mobilidade elétrica nos Açores

Promover o sistema de incentivos à aquisição de veículos elétricos e pontos de carregamento, com vista à redução do diferencial do custo de aquisição em relação a veículos de combustão interna. Pretende-se um acesso mais alargado a este sistema de incentivos, de forma a potenciar o aumento da mobilidade elétrica, contribuindo para uns Açores ambientalmente mais sustentáveis.

É também necessário proceder à adaptação do mercado de assistência técnica, capacitando as oficinas de equipamentos e conhecimentos para o correto manuseamento de veículos elétricos, de forma a garantir um maior leque de empresas prestadoras deste serviço, permitindo assim uma maior segurança aos açorianos que adquirirem veículos elétricos.

Programa de investimento "Uma agricultura e uma floresta mais sustentáveis"

As alterações climáticas, entre outros impactos, configuram uma alteração do regime pluviométrico nos Açores com a concentração da precipitação, situação que poderá conduzir a períodos de escassez de água relativamente longos. Paralelamente, ainda é elevado o uso de combustíveis fósseis no desenvolvimento da atividade agrícola e agroindustrial, contribuindo para uma pegada carbónica que deverá ser reduzida. Verifica-se, ainda, uma carência de recursos, materiais e humanos, com vista a garantir uma gestão florestal responsável nos Açores, também fundamental para a redução da pegada carbónica e como forma de mitigação dos impactos das alterações climáticas, que cada vez mais se fazem notar com a ocorrência de danos causados na floresta por episódios climatéricos extremos. Atualmente, existem cerca de 230 hectares de floresta pública de criptoméria fortemente danificada pelo vento, concentrando-se a sua esmagadora maioria na ilha de São Miguel. Uma floresta gerida de forma ativa é uma floresta mais resiliente. Desta forma, pretende-se:

- **Reforçar a capacidade de armazenamento de água agrícola;**
- **Promover a transição energética na agricultura e agroindústria;**
- **Promover uma floresta resiliente;**
- **Promover a criação de hortas solidárias.**

Requalificação de pontos de interesse turístico em matéria de ordenamento do território e em matéria de informação digital

O surto pandémico declarado em 2020 causado pelo vírus SARS-COV-2 veio alterar de forma substancial não só as relações interpessoais em todo o mundo, como a nossa forma de viver. A noção de espaço físico e de distanciamento são conceitos que irão permanecer no pós-pandemia, pelo que, nunca como antes, se tornou tão fundamental implementar estratégias para a gestão de fluxos de pessoas e viaturas nos principais pontos de interesse turístico, assim como assegurar uma diversificação de novos pontos turísticos no território, em articulação com as estratégias de digitalização das visitas (informação *real-time*, gestão de agendamentos, etc.).

Esta medida visa promover alterações nos principais pontos de interesse turístico da Região, de modo a assegurar sistemas de gestão de fluxos de pessoas e viaturas, o distanciamento físico, a requalificação e ordenamento dos espaços, a adaptação para pessoas com necessidades especiais, assim como a implementação de estratégias de digitalização que permitam auxiliar os visitantes e a gestão de fluxos. Desta forma, prevê-se:

- **Dotar os principais pontos de interesse turístico de pontos de carregamento de viaturas elétricas e outras tecnologias sustentáveis.**
- **Apoiar a criação e estruturação de novos pontos de interesse turístico, tendo em vista assegurar a dispersão dos turistas pelo território e a criação de espaços de bem-estar e relaxamento em comunhão com a natureza, em especial em matéria de termalismo e saúde e bem-estar.**

Suporte às construções e adaptação de infraestruturas para materiais e equipamentos mais verdes, ecológicos e sustentáveis - Apoio à certificação de sustentabilidade das empresas do turismo digital

No que concerne a infraestruturas turísticas, verifica-se a necessidade de se proceder a uma transição para edifícios e serviços mais sustentáveis e menos consumidores de recursos. Existe ainda uma baixa representatividade de empresas do turismo certificadas em matéria de sustentabilidade. Assim, pretende-se qualificar as empresas do turismo e alinhá-las com os objetivos do desenvolvimento sustentável e com a estratégia de um destino turístico sustentável, que se assume, desde 2019, como o primeiro arquipélago no mundo certificado sob os exigentes critérios da *Global Sustainable Tourism Council*. Prevê-se desta forma aumentar o número de empresas certificadas em sustentabilidade na Região.

Requalificação de trilhos pedestres e galerias ripícolas em áreas protegidas

A procura de espaços geográficos fora do contexto urbano, a crescente preocupação com os benefícios para a saúde das pessoas, a atenção às questões ambientais e a necessidade de preservar o meio natural induziram a uma procura generalizada pela atividade de percorrer distâncias a pé em trilhos sinalizados, permitindo um maior contacto com a natureza, com impacto em várias vertentes (pedagógica, científica, lúdica e turística). Neste último aspeto, há que ter em conta que o setor turístico conheceu um impulso muito forte nos últimos anos, e este contacto com a natureza, a fruição da paisagem e o desenvolvimento de atividades na natureza são vetores muito importantes no produto turístico regional.

O enquadramento dos investimentos previstos nesta medida centra-se, portanto, na qualificação de áreas naturais com vista a uma fruição ativa e sustentável e ao incremento dos serviços de ecossistemas associados às áreas classificadas e à rede hidrográfica. Pretende-se:

- **Monitorizar e controlar precocemente a introdução de espécies exóticas invasoras em áreas protegidas, através da rede de trilhos pedestres;**
- **Beneficiar e criar trilhos pedestres e miradouros em áreas protegidas;**
- **Renaturalizar as margens de ribeiras e lagoas, por via da requalificação ou reintrodução de galerias ripícolas.**

Açores +3R – Redução, Reciclagem, e Reaproveitamento de Resíduos

A gestão de resíduos é um dos grandes desafios da sociedade moderna, quer seja a montante, no início das cadeias de valor, quer seja a jusante, quando o produto chega ao cliente final. Uma gestão eficiente dos resíduos, com base na política dos 3R (reduzir, reutilizar, reciclar) é crucial para uma sociedade informada e atualizada, ambientalmente sustentável e ativa do ponto de vista social e pujante do ponto de vista económico. As Nações Unidas preveem que em 2050 haverá mais plástico do que peixes nos nossos oceanos (*UN's mission to keep plastics out of oceans and marine life, 2017*). No que toca ao equipamento informático, quando o ciclo de vida útil destes equipamentos termina, todos os anos são geradas quase 50 milhões de toneladas de sucata tecnológica, sendo residual o número de equipamentos reciclados ou reutilizados. É crucial desenvolver novos materiais, que substituindo o plástico, não dependam do petróleo para a sua produção e que permitam o rejuvenescimento do nosso planeta. Mas a inversão da tendência não se dá apenas com o desenvolvimento de novos materiais. É essencial produzir menos resíduos e, fundamentalmente, reintroduzi-los e valorizá-los através do seu aproveitamento noutras cadeias de valor, como por exemplo, na produção de energia elétrica, usada para produção de hidrogénio limpo ou para ser injetada na rede de distribuição de eletricidade, na disponibilização de equipamento informático gratuito, contribuindo também para a redução do fosso digital da sociedade, produção de fertilizantes naturais, entre muitas outras aplicações.

A inversão, em direção a uma economia circular, verde e azul, ocorrerá quando forem dados fortes sinais à sociedade e ao tecido empresarial, com a criação de incentivos que fomentem a I&D, assentes na preservação da biodiversidade e conservação da natureza, na biotecnologia, na bioeconomia, na mitigação das alterações climáticas, na descarbonização, na eficiência energética, nas energias renováveis, na requalificação e reconversão industrial, em linha com os objetivos das estratégias de crescimento verde e azul da União Europeia.

Pretende-se com esta medida:

- **Criar um ecossistema social e económico fértil, para prosperarem projetos inovadores, que promovam uma economia mais eficiente e ambientalmente sustentável, assentes em modelos catalizadores das economias circular, verde e azul;**
- **Enraizar na sociedade açoriana, por via da educação e formação nos locais de ensino, nos locais de trabalho, nos locais de lazer e outros, comportamentos e atitudes alinhadas com as melhores práticas individuais e coletivas que contribuam para um futuro ambientalmente sustentável e seguro;**
- **Dotar os Municípios de sistemas de recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB), que abranjam a totalidade do território;**
- **Dotar os operadores de gestão de resíduos urbanos de condições para receção e tratamento dos RUB e produção de composto de qualidade;**
- **Capacitar os agentes envolvidos na gestão dos resíduos urbanos;**
- **Sensibilizar a população para a redução da produção de resíduos, bem como para a triagem e separação dos resíduos urbanos em ambiente doméstico e consequente encaminhamento para valorização.**

VII MELHORAR AS ACESSIBILIDADES E A COESÃO TERRITORIAL

A coesão territorial dos Açores está intimamente ligada à problemática dos transportes, pelo que o investimento na melhoria das acessibilidades contribuirá para o reforço desta mesma coesão, através das seguintes medidas:

- **Coesão Territorial – circuitos logísticos**
- **Apoio à realização de projetos de desenvolvimento da frota do tráfego local que presta serviços de transporte marítimo de mercadorias nos Açores**
- **Compensação de custos nas obrigações de serviço público nos transportes marítimos inter-ilhas**
- **Criação de plataformas logísticas por ilha**
- **Recuperação financeira do Grupo SATA**
- **Proteção Civil e Bombeiros**

Coesão Territorial – circuitos logísticos

A mobilidade e a acessibilidade interna terrestre de pessoas e mercadorias na RAA são asseguradas exclusivamente por meio de transporte rodoviário, pelo que a modernização do sistema rodoviário é crucial ao desenvolvimento económico e social do arquipélago.

A melhoria das acessibilidades aos centros populacionais, aos núcleos de atividade económica e às principais infraestruturas de acessibilidade das ilhas (o aeródromo/aeroporto e os portos marítimos) será promovida com investimentos através de projetos de expansão e requalificação da rede viária regional, compreendendo a adaptação dos pavimentos às novas tipologias de tráfego, e a construção de pequenos viadutos, a preparação para instalação de ciclovias e outras obras necessárias, com impacto na fluidez da circulação viária. Prevê-se também intervenção nas variantes e circulares aos principais centros urbanos, a instalação de terminais rodoviários e de estacionamento fora dos centros urbanos e uma requalificação da sinalética.

É expectável uma redução na sinistralidade e também uma diminuição entre os 3 a 5% na emissão de gases com efeito de estufa nos centros urbanos.

Apoio à realização de projetos de desenvolvimento da frota do tráfego local que presta serviços de transporte marítimo de mercadorias nos Açores

Num contexto territorial marcado pela insularidade e pela condição arquipelágica, o transporte marítimo assume evidente relevância social e económica para os açorianos e está correlacionado com a fixação e subsistência das populações e com o desenvolvimento e crescimento da economia regional.

Neste domínio, assume-se como uma grande linha de orientação estratégica a criação de condições para a modernização da frota de tráfego local, com vista a dotar a RAA de embarcações que ofereçam melhores condições de trabalho e de operacionalidade, e que garantam maior segurança à navegação e maior proteção ambiental.

Pretende-se com esta medida:

- **Modernizar a frota regional das embarcações de tráfego local e aumentar a sua capacidade operacional e competitiva;**
- **Promover a proteção, a segurança da navegação e a prevenção da poluição marinha ou atmosférica;**
- **Melhorar os sistemas de informação associados às embarcações de tráfego local, ao seu desembarço e ao encaminhamento próprio da carga;**
- **Incentivar a atualização de conhecimentos das tripulações das embarcações de tráfego local.**

Compensação de custos nas obrigações de serviço público nos transportes marítimos inter-ilhas

O transporte marítimo de passageiros inter-ilhas está sujeito a obrigações de serviço público (OSP), pois as rotas não são atrativas do ponto de vista comercial, e, como tal, não são apelativas para a iniciativa privada. Neste contexto, existem obrigações de serviço público suportadas pelo orçamento público regional para o transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas, tornando possível que todas as nove ilhas do arquipélago se constituam como um verdadeiro mercado regional e, deste modo, se potenciem as possibilidades de escala, de aglomeração das atividades económicas e produtivas e de criação de emprego.

O atual contrato de fornecimento do serviço de transporte marítimo de passageiros e de viaturas termina a sua vigência a 31 de dezembro de 2020, sendo importante assegurar a continuidade desse serviço, por forma a garantir fiabilidade, regularidade, rapidez e eficiência nas acessibilidades por via marítima às Ilhas dos Açores.

Criação de Plataformas logísticas por ilha

Por forma a tornar a gestão dos transportes aéreos e marítimos mais eficiente e com o objetivo de potenciar ainda mais as trocas comerciais entre ilhas e com o exterior (para incremento das exportações, e maior valorização dos produtos locais), propõe-se a criação de plataformas logísticas por ilha, iniciando-se com uma experiência-piloto, para agregar necessidades dos empresários daquelas ilhas.

As plataformas têm como propósito a armazenagem (normal e de frio), para mitigar custos de armazenagem e de transporte (fazendo-se grupagem para os transportes aéreos e marítimos), e para melhorar o planeamento logístico dos transportes. O modelo de gestão destas plataformas poderá ser misto, numa parceria público-privada, podendo ser melhor aferido no decurso das experiências-piloto.

Recuperação financeira do Grupo SATA

O alcance do reforço da resiliência e da autonomia estratégica dos Açores, levadas em conta as características arquipelágicas e a dispersão geográfica dos Açores, assentam naturalmente num assertivo modelo de gestão de transportes, com especial enfoque para o setor dos transportes aéreos, quer para salvaguarda da mobilidade dos Açorianos, quer como veículo de fomento da exportação dos produtos locais, quer ainda pela sua importância no relançamento do setor do turismo.

Assim, sendo a SATA como companhia de "bandeira" dos Açores, importa proteger e salvaguardar o seu legado e potenciá-la. Para tal, além das necessárias diligências para que, à semelhança da TAP - Air Portugal, a SATA seja beneficiária dos apoios estatais fundamentais para a revitalização do seu negócio, fortemente afetado pelo contexto da pandemia COVID-19, será desenvolvido o plano de negócios que irá assegurar as melhores soluções para a sustentabilidade financeira daquela companhia aérea.

Proteção Civil e Bombeiros

A proteção civil, através do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e de todas as Associações e Corporações de Bombeiros dos Açores, é um elemento indutor de segurança à população e de fortalecimento da coesão territorial e social na Região. Os investimentos a realizar devem potenciar este sentimento de segurança e de qualidade do serviço de proximidade, através da aquisição de equipamentos e viaturas, da valorização e aumento das qualificações dos Corpos de Bombeiros e colaboradores do SRPCBA, do aumento das ações de sensibilização, educação e formação à população, de novas tecnologias e meios de comunicação, e da aposta numa transformação digital.

VIII MODERNIZAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A aposta na modernização da administração pública regional, inserida no Roteiro para a Transformação Digital dos Açores, contribuirá para o aumento da resiliência da economia e para o fortalecimento da coesão dos Açores, devendo ser operacionalizada em vários âmbitos:

- **Administração Pública Regional + Acessível, Inclusiva e Aberta**
- **Administração Pública Regional + Serviços com mais qualidade**
- **Administração Pública Regional + Apta para o futuro**
- **Administração Pública Regional + Proativa**
- **Infraestrutura digital na Administração Pública Regional – MOBILE.GOV**

Administração Pública Regional + Acessível, Inclusiva e Aberta

O acesso universal aos serviços é um objetivo a alcançar que apresenta grandes desafios. A dificuldade de acesso pode ocorrer por força de um ou mais fatores: ausência de ligação à internet, dificuldade de locomoção para se deslocar aos locais de atendimento presencial, linguagem técnica demasiado complexa para um entendimento fácil, sítios de internet institucionais demasiado confusos, respostas não uniformizadas e incorretas, literacia digital deficitária, entre outros. Por outro lado, a inexistência de informação necessária ao correto esclarecimento da sociedade ou a circulação de informação falsa ou incoerente podem originar graves falhas de comunicação e um maior distanciamento dos cidadãos, com consequências nefastas no que toca à gestão dos recursos disponíveis e à implementação eficaz de políticas públicas. Nesse sentido, este objetivo visa implementar mecanismos que simplifiquem e clarifiquem a comunicação feita pelas entidades da Administração Pública Regional, bem como criar “ferramentas” que fomentem a transparência perante os cidadãos e os empresários açorianos, bem como o seu envolvimento no desenho de políticas públicas, criando assim uma sociedade e economia assentes, cada vez mais, na confiança e na segurança. Os objetivos específicos que se pretende alcançar são:

- **Unificar os pontos de contacto da APR (número de telefone, contacto de correio eletrónico, chat e sítio de internet) com os cidadãos e empresários, com recurso a tecnologia SIG e a inteligência artificial;**
- **Redesenhar o atendimento ao público da APR, para permitir que a maioria dos processos possa ser iniciada em qualquer ponto de atendimento presencial;**
- **Fomentar a literacia dos cidadãos e empresários, com especial enfoque na Administração Aberta/Open Government e na literacia digital;**
- **Impulsionar a simplificação da linguagem administrativa nos meios de comunicação/interação da APR com os cidadãos e empresários;**
- **Disponibilizar mais canais e instrumentos de democracia participativa e/ou de cidadania ativa.**

Administração Pública Regional + Serviços com mais qualidade

A Administração Pública é um setor com grande impacto na economia de um país ou região. A evolução atempada e ajustada à realidade da sociedade é fator fundamental para uma economia dinâmica e ágil. Neste sentido, este objetivo visa o aumento da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e empresários açorianos, centrando-se nas suas necessidades como utilizadores de serviços públicos. Estas medidas encontram-se alinhadas com as orientações da União Europeia no que respeita à prestação de serviços de forma desmaterializada, possibilitando realizar todo o processo a partir de qualquer parte do mundo. Para tal, serão disponibilizadas ferramentas de uso transversal que permitam estabelecer uma relação digital, sem descuidar a segurança e a privacidade dos dados e informação, incrementando a qualidade e a celeridade das respostas. Os objetivos específicos que se pretende alcançar são:

- **Unificar, num único ponto, o acesso aos serviços públicos digitais da Região Autónoma dos Açores, em alinhamento com a 'Estratégia para o Mercado Único Digital na Europa';**
- **Impulsionar a transacionalidade/desmaterialização dos serviços públicos digitais da Administração Pública dos Açores;**
- **Incrementar a eficácia e agilizar a interação entre a APR e os cidadãos e empresários;**
- **Promover a contínua melhoria da qualidade da prestação dos serviços públicos aos cidadãos e empresários.**

Administração Pública Regional

+ Apta para o futuro

Com o objetivo de melhor preparar a Administração Pública Regional para os desafios e mudanças que se desenham num futuro próximo importa capacitá-la, quer através da sua reestruturação orgânica, quer ao nível da qualificação dos seus trabalhadores, em áreas estratégicas como a gestão da informação, a inovação, a experimentação e as novas e emergentes tecnologias, quer ainda pelo uso das mais modernas tecnologias na prestação dos serviços públicos, assentes em infraestruturas de informação e de comunicação robustas e ágeis, de que é exemplo o futuro novo Centro de Dados do Governo dos Açores.

Uma Administração Pública Regional apta para o futuro (cor)responde, ou mesmo antecipa, expectativas e necessidades dos seus utilizadores, seja por via do investimento em eficazes sistemas de gestão da informação e de apoio à tomada de decisão, seja fomentando o envolvimento dos cidadãos e empresários na criação de serviços públicos geradores de valor, seja ainda pelo estímulo à colaboração e à coprodução de projetos com a academia e as empresas, privilegiando-se o uso de software de código aberto e de novas e emergentes tecnologias (blockchain, computação de alto desempenho, inteligência artificial. e.g.), Promove-se, assim, a geração de mais e melhor conhecimento na Região, com conseqüente criação de mais emprego qualificado e, por conseguinte, de novas e inovadoras áreas de negócio, preferencialmente nos concelhos e nas ilhas menos populosas, contribuindo, deste modo, para a dinamização da economia local e para o rejuvenescimento da população açoriana, que se pretende cada vez mais qualificada, designadamente ao nível das competências digitais altamente diferenciadoras. Os objetivos específicos que se pretende alcançar são:

- **Potenciar a capacitação da Administração Pública Regional por via da especialização em áreas-chave, para melhor corresponder aos crescentes e diversos desafios da sociedade e economia açorianas;**
- **Incentivar a criação de conhecimento altamente diferenciador na sociedade e na economia açorianas, por via do desenvolvimento de projetos inovadores, suportados em software de código aberto e em novas e emergentes tecnologias como a inteligência artificial ou a computação de alto desempenho, usando datasets de dados abertos, quando aplicável;**
- **Impulsionar a inovação na Administração Pública Regional, do (re)desenho de serviços públicos, com o envolvimento da academia, centros de I&D, cidadãos e empresas, por via da cocriação e da experimentação, suportadas em metodologias disruptivas como o *Design Thinking*;**
- **Dotar a Administração Pública Regional com modernos e ágeis sistemas integrados de gestão da informação, preferencialmente assentes em software de código aberto e em novas e emergentes tecnologias como a inteligência artificial, para melhor apoiar o processo de decisão e execução de políticas públicas e a prestação de serviços públicos;**
- **Fomentar a cibersegurança e a ciber-resiliência de modo a assegurar a integridade, a segurança e a confiança e a continuidade das redes, das infraestruturas críticas e endpoints dos serviços da Administração Pública Regional.**

Administração Pública Regional

+ Proativa

A dinâmica de uma sociedade e sua economia estão intimamente ligadas à agilidade e flexibilidade dos seus serviços públicos. A Administração Pública Regional deve assumir-se, assim, como um "agente facilitador" da dinamização social e económica, quer por via da redução de custos de contexto a cidadãos e empresários, quer pelo fomento de investimentos geradores de riqueza e de conhecimento para os Açores. Assim, este objetivo complementa os "APR + Serviços com mais Qualidade", "APR + Acessível, Inclusiva e Aberta" e "APR + Apta para o Futuro", concorrendo para uma maior e melhor agilidade e para a flexibilidade da atividade da Administração Pública Regional, por via da disponibilização de ferramentas que assim o induzam, nomeadamente, pelo reforço do investimento na transformação digital, mas também, e não menos importante, pela dotação da Administração Pública Regional com assertivos instrumentos legais e regulamentares elaborados, de forma inovadora, transparente e simples, centrados nas necessidades dos cidadãos e empresários açorianos. Os objetivos específicos que se pretende alcançar são:

- **Incrementar a eficiência e a eficácia dos sistemas de apoios e de incentivos da Administração Pública Regional, por via da implementação de serviços de simulação;**
- **Unificar e uniformizar os processos de licenciamento na Região Autónoma dos Açores, em coprodução e/ou com o envolvimento de entidades externas à Administração Pública Regional (municípios açorianos, e.g.);**
- **Universalizar o acesso ao serviço de videoconferência da Administração Pública Regional a cidadãos e empresários açorianos, livre de encargos;**
- **Dotar a RAA com instrumentos legais, procedimentais e gestionários inovadores, ágeis e transparentes, suportados em novas e emergentes tecnologias, para melhor corresponder às expectativas e necessidades dos seus principais destinatários.**

Infraestrutura digital na Administração Pública Regional – MOBILE.GOV

Este investimento pretende criar uma Administração Pública Regional mais eficiente e resiliente às alterações provocadas por catástrofes naturais, fenómenos que obrigam ao cumprimento de quarentenas, reorganizações orgânicas e de entidades. Este desiderato consegue-se após a plena entrada em produção do futuro Centro de Dados do Governo dos Açores, previsto para o ano 2022.

O MOBILE.GOV irá dotar a APR de uma infraestrutura que permita a mobilidade dos seus trabalhadores, a renovação e standardização do posto de trabalho, a convergência das comunicações e sistemas de informação no posto de trabalho, e, como referido, a promoção do teletrabalho, numa administração pública geograficamente distribuída pelas 9 ilhas açorianas.

IX VENCER O DESAFIO DA DEMOGRAFIA

A persecução do objetivo comum de transformar os Açores numa Região mais resiliente, mais coesa e mais sustentável, de acordo com a estratégia proposta, está diretamente associada ao desafio da demografia, que assume uma natureza verdadeiramente estrutural e decisiva para o nosso futuro como Povo e como Arquipélago.

A transformação da economia dos Açores, o aumento dos níveis de qualificação e rendimento da nossa população, a promoção de uma sociedade mais inclusiva e solidária, contribuirá necessariamente para a melhoria da qualidade de vida dos Açorianos e da atratividade do território e, por esta via, para o crescimento da população residente em todas as ilhas.

Este reforço da Coesão Regional resulta também do conhecimento e maximização das potencialidades das especificidades de cada uma das ilhas, em termos económicos e sociais, promovendo um desenvolvimento económico e social mais robusto, equilibrado e equitativo.

Numa perspetiva de complementaridade e de conceção de políticas públicas, dirigidas para a conjugação e, alcance dos resultados pretendidos, consideramos ainda fundamental a concretização das seguintes medidas de Apoio às Famílias:

- Melhorar as respostas de creches em horários compatíveis com o horário laboral;
- Promover medidas especiais de proteção para as famílias monoparentais;
- Reforçar a importância de as escolas terem condições para permitir a permanência das crianças e adolescentes para além do seu horário letivo, através da dinamização de atividades de tempos livres de natureza desportiva, cultural, recreativa, científica, de voluntariado, tornando aquele horário compatível com o horário dos pais e sem necessidade de propagar respostas de tipo ATL;
- Criar incentivos para promover a fixação de residência nos concelhos mais afetados pela redução demográfica;
- Criar um Programa de Incentivo ao Regresso de Jovens, após a conclusão da sua formação superior;
- Criar um sistema de apoio específico para os agregados familiares com mais de três filhos;
- Definir incentivos à reabilitação de edifícios degradados, para arrendamento habitacional de longa duração, para jovens casais e/ou famílias;
- Criar incentivos dirigidos às empresas que criem novos empregos, com contratos de trabalho sem termo, nas localidades mais afetadas pela redução demográfica.



AÇORES

**P'rá frente
é que é caminho!**